ENTREVISTA

"Falta essa visão do governo, especialmente deste governo, de que em tempos de crise, como agora, é preciso fomentar, aumentar os investimentos no setor (de inovação) ao invés de cortar, como vem ocorrendo agora, com o ajuste fiscal", afirma Peter Dostler, consultor internacional e especialista em planejamento, gestão estratégica e gestão de negócios.

SENAI GOIÁS

AS PROFISSÕES COM MAIOR ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

ANO 63 / Nº 267 / DEZEMBRO 2015

OBSTÁCULOS no caminho da INOVAÇÃO

COM INOVA GOIÁS, GOVERNO QUER COLOCAR O ESTADO ENTRE OS TRÊS QUE MAIS INVESTEM EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO, MAS HÁ CETICISMO NA INDÚSTRIA. INOVA TALENTOS, CONDUZIDO PELO IEL, ACUMULA BOAS EXPERIÊNCIAS

DEBATE

ALTERNATIVAS PARA TIRAR O PAÍS DA CRISE ECONÔMICA

SOLUÇÕES
TECNOLÓGICAS
QUE SE
ENCAIXAM
NA INDÚSTRIA.
ISSO É SENAI.
A tecnologia avança. O Senai também.
São vários cursos técnicos e de
qualificação oferecidos para o trabalhador,
e uma gama de soluções tecnológicas
exclusivas para sua empresa.
Isso significa mais produtividade,
eficiência e resultado nos negócios.
Senai. À frente do tempo.
Ao lado da indústria.
FIEG SENAI
www.senaigo.com.br

INOVAR PARA VENCER A CRISE

Sair da crise e criar um ambiente de negócios favorável é tudo o que a indústria quer. Não só a indústria, mas toda a população brasileira aspira por vencer as dificuldades enfrentadas pelo País, no campo político e econômico, para retomar o caminho dos investimentos, superar o momento de letargia, recuperar empregos perdidos, arrumar a casa, enfim.

Nesta edição, **Goiás Industrial** debate amplamente o momento vivido pelo País. A pauta inclui o anúncio, pelo governo estadual, do Programa de Inovação e Tecnologia do Estado de Goiás (Inova Goiás), iniciativa que promete colocar o Estado entre os três que mais inovam no País, mas recebida com críticas pelo setor empresarial. O ceticismo não é por outro motivo senão a própria crise na economia, alvo igualmente de reportagem especial, e as incertezas em relação à fonte de recursos do ambicioso programa, estimados em pouco mais de R$ 1,174 bilhão até 2018.

Inovação, aliás, é a única forma de uma empresa se manter competitiva e sobreviver em momentos de crise como agora, afirma em entrevista à **Goiás Industrial** o consultor internacional e especialista em planejamento, gestão estratégica e gestão de negócios, Peter Dostler, que recentemente dirigiu workshop sobre o assunto em Goiânia, a convite do IEL. Mais do que isso – ele acrescenta –, a inovação é alternativa mais eficaz do que ajuste fiscal proposto pelo governo para o País sair da crise profunda em que se encontra.

Não por acaso, a inovação entra na agenda das empresas, estimulada por programas como o Inova Talentos, iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), levada adiante no Estado pelo Instituto Euvaldo Lodi (IEL), como mostra outra reportagem.

> "NÃO EXISTE MÁGICA NEM REMÉDIOS MILAGROSOS PARA O PACIENTE EM ESTADO GRAVE. EM MOMENTOS DE CRISE COMO O QUE ENFRENTAMOS, É PRECISO TER AÇÃO E INSPIRAÇÃO. INOVAÇÃO É, COMPROVADAMENTE, UMA ALTERNATIVA EFICAZ."
>
> **PEDRO ALVES DE OLIVEIRA,** *presidente da Fieg e do Conselho Deliberativo do Sebrae Goiás*

Goiás Industrial traz também, nesta edição, ranking das profissões de maior empregabilidade no mercado de trabalho, a partir de levantamento realizado pelo Senai, que mostra ainda que, embora em alta, o desemprego entre os trabalhadores que fizeram algum curso de formação profissional é inferior aos que não se qualificaram.

Igualmente destacada nesta edição, a atuação do Sesi e Senai em diversas frentes ajudou a mineradora Sama, de Minaçu, no Norte Goiano, a consolidar referência entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil. E mais notícia boa: o Senai e o IEL mantiveram, este ano, a liderança no ranking do Pop List Goiânia – pesquisa de mercado do jornal O Popular – como instituições de educação profissional e de encaminhamento de estágio mais lembradas pela população.

Boas notícias, boa leitura!

FIEG

SISTEMA FIEG
Federação das Indústrias do Estado de Goiás
Presidente: Pedro Alves de Oliveira

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS
Presidente: Wilson de Oliveira

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Bairro Jundiaí, CEP 75113-630, Anápolis-GO
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

SESI
Serviço Social da Indústria
Diretor Regional: Pedro Alves de Oliveira
Superintendente: Paulo Vargas

SENAI
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL
Instituto Euvaldo Lodi
Diretor: Hélio Naves
Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL
Instituto de Certificação Qualidade Brasil
Diretor: Carlos Alberto de Paula Moura Jr.
Superintendente: Dayana Costa Freitas Brito

DIRETORIA DA FIEG (2015-2018)

Presidente: Pedro Alves de Oliveira

1º Vice-presidente: Wilson de Oliveira

2º Vice-presidente: Antônio de Sousa Almeida

3º Vice-presidente: Gilberto Martins da Costa

1º Diretor Secretário: Carlos Alberto de Paula Moura Júnior

2º Diretor Secretário: Heribaldo Egídio

1º Diretor Financeiro: André Luiz Baptista Lins Rocha

2º Diretor Financeiro: Hélio Naves

Diretores
Sandro Antônio Scodro Mabel
Otávio Lage de Siqueira Filho
José Nivaldo de Oliveira
Jaime Canedo
Pedro Silvério Pereira
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
João Essado
Elvis Roberson Pinto
Silvio Inácio da Silva
Eliton Rodrigues Fernandes
Olympio José Abrão
Carlos Roberto Viana
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Ledra
José Antônio Vitti
José Luiz Martin Abuli
Welington Soares Carrijo
Álvaro Otávio Dantas Maia
Jair Rizzi
Robson Peixoto Braga
Edilson Borges de Souza
José Divino Arruda
Domingos Sávio Gomes de Oliveira
Eduardo Cunha Zuppani
Mário Renato Guimarães de Azeredo
Emílio Carlos Bittar
Antônio Benedito dos Santos
Leopoldo Moreira Neto

Conselho fiscal
Célio Eustáquio de Moura
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Orizomar Araújo Siqueira

Conselho de representantes junto à CNI
Pedro Alves de Oliveira
Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg
Abílio Pereira Soares Júnior
Ailton Aires Mesquita
Alexandre Araújo Moura
Alexandre Baldy de Sant'anna Braga
Álvaro Otávio Dantas Maia
Antônio Alves de Deus
Antônio Benedito dos Santos
Bruno Franco Beraldi Coelho
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Carlos Alberto Vieira Soares
Carlos Roberto Viana
Célio Eustáquio de Moura
Daniel Viana
Domingos Sávio G. de Oliveira
Edilson Borges de Sousa
Eduardo Cunha Zuppani
Eduardo José de Farias
Eliton Rodrigues Fernandes
Elvis Roberson Pinto
Emílio Carlos Bittar
Eurípedes Felizardo Nunes
Fábio Rassi
Flávio Paiva Ferrari
Flávio Santana Rassi
Gilberto Martins da Costa
Hélio Naves
Heitor de Oliveira Nato Neto
Heribaldo Egídio
Ian Moreira Silva
Jaime Canedo
Jair Rizzi
Jerry Alexandre de Oliveira Paula
Joana D'Arc da Silva
João Essado
Joaquim Cordeiro de Lima
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
José Alves Pereira
José Antônio Vitti
José Divino Arruda
José Luiz Martin Abuli
José Magno Pato
José Romualdo Maranhão
Laerte Simão
Leopoldo Moreira Neto
Luiz Antônio Gonçalves Fidelis
Luiz Antônio Vessani
Luiz Gonzaga de Almeida
Luiz Rézio
Marley Antônio Rocha
Olavo Martins Barros
Olympio José Abrão
Orizomar Araújo de Siqueira
Otávio Lage de Siqueira Filho
Paulo Lobo de Araújo Júnior
Paulo Sérgio de Carvalho Castro
Pedro Alves de Oliveira
Pedro de Souza Cunha Júnior
Pedro Silvério Pereira
Plínio Boechat Lopes
Roberto Elias de Lima Fernandes
Robson Peixoto Braga
Sandro Antônio Scodro Mabel
Sávio Cruvinel Câmara
Sílvio Inácio da Silva
Ubiratan da Silva Lopes
Valdenício Rodrigues de Andrade
Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente
Presidente: Pedro Silvério Pereira

Conselho Temático de Infraestrutura
Presidente: Célio Eustáquio de Moura

Conselho Temático de Relações do Trabalho
Presidente: Olympio José Abrão

Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa
Presidente: Jaime Canedo

Conselho Temático de Responsabilidade Social
Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios
Presidente: Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

Conselho Temático de Comércio Exterior e Negócios Internacionais
Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem
Presidente: Leandro Almeida

Conselho Temático de Desenvolvimento Urbano
Presidente: Ilézio Inácio Ferreira

Câmara Setorial de Mineração
Presidente: Wilson Borges

Câmara Setorial da Indústria da Construção
Presidente: Sarkis Nabi Curi

EXPEDIENTE

Goiás Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Direção
José Eduardo de Andrade Neto

Coordenação de jornalismo
Geraldo Neto

Edição
Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem
Andelaide Pereira, Célia Oliveira, Daniela Ribeiro, Edilaine Pazini, Jávier Godinho, Nathalya Toaliari e Janaina Staciarini e Corrêa

Colaboração
Welington da Silva Vieira

Fotografia
Alex Malheiros

Projeto gráfico
Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações, diagramação e produção
Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão
Gráfica Kelps

Departamento Comercial
(62) 3219-1720

Redação e correspondência
Av. Araguaia, nº 1.544,Ed. Albano Franco,
Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62) 3229-2975
Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores e não refletem necessariamente a opinião da revista

Goiás Industrial
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 267 /DEZEMBRO 2015

ENTREVISTA

08 / *Pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas e pelas universidades de Miami e Católica de Brasília, o especialista em gestão estratégica e consultor internacional Peter Dostler considera o investimento em inovação como principal alternativa para empresas e o País enfrentar a crise na economia.*

SENAI GOIÁS

25 / *Com a taxa de desemprego no País aproximando-se de 9%, a escolha de uma profissão técnica – como fez Laís Maria da Silva (foto), da Sete Táxi Aéreo – torna-se ainda mais estratégica para espantar o fantasma da demissão, conforme demonstra levantamento inédito feito pelo Senai, com base nos dados do Caged.*

OBSTÁCULOS no caminho da INOVAÇÃO

CAPA/INOVAÇÃO

14 / *Sob ceticismo do mundo empresarial e pressionado pela necessidade de ajuste fiscal, o Programa de Inovação e Tecnologia do Estado de Goiás (Inova Goiás) contempla investimentos de R$ 1,174 bilhão até 2018 e tem como uma de suas metas colocar o Estado entre os três maiores investidores em pesquisa e desenvolvimento no País. Mas apenas para alcançar o Rio de Janeiro, terceiro colocado neste ranking, os recursos destinados anualmente por Goiás ao setor teriam de crescer 164%.*

SESI GOIÁS

28 / *Com apoio do Senai e do Sesi, a mineradora Sama (foto), de Minaçu, acumula 11 premiações entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil e, pelo terceiro ano consecutivo, foi classificada entre as melhores da América Latina.*

CONJUNTURA

36 / *Entre as propostas alternativas para debelar a crise econômica, grupos de economistas vão além do mero ajuste fiscal e propõem receitas para reindustrializar o País, reduzindo a importância dos juros como política para estabilizar a economia.*

TERCEIRIZAÇÃO

48 / *O seminário Diálogo da Terceirização, realizado na Casa da Indústria, ouviu o ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Guilherme Augusto Caputo Barros, que considerou "irreversível" a aprovação do projeto que regula este regime de trabalho no País.*

Má governança leva à crise, diz ministro do TCU

Relator do julgamento das "pedaladas fiscais" da presidente Dilma Rousseff, Augusto Nardes fala a empresários e lança livro sobre governança pública, na Casa da Indústria

Nathalya Toaliari

"Não sou contra o governo, sou a favor do País." A afirmação é do ministro do Tribunal de Contas de União (TCU) Augusto Nardes, ao explicar, durante palestra na Casa da Indústria, em Goiânia, parecer contrário no julgamento, pela Corte, do processo que analisou e recomendou ao Legislativo a reprovação das contas de 2014 da presidente Dilma Rousseff, as chamadas "pedaladas fiscais". A convite da Fieg, ele veio à capital falar para uma plateia de empresários apreensivos quanto à situação econômica. O encontro também simbolizou o lançamento do livro ***Governança Pública – O Desafio do Brasil***, de autoria do ministro, que apresenta o tema como fundamental ao desenvolvimento do País.

O cerne da análise do ministro é simples: segundo ele, a questão da má governança pública e do planejamento inadequado leva à crise. "Encontramos R$ 106 bilhões decorrentes de decisões que foram tomadas de forma irregular, que levou a essa situação da perda de capacidade de investimento do País", pontuou.

"A má governança leva ao aumento de preços, como estamos assistindo hoje, de combustível, de energia e água. Trata-se de um clico vicioso e não virtuoso", ressaltou o ministro. Ele disse que é necessário restabelecer o diálogo com o empresário e retomar a confiança da nação, para que o País volte a crescer e as pessoas a investir, "pois só assim se gera emprego e renda".

***Augusto Nardes fala a empresários em Goiânia**: "Não sou contra o governo, sou a favor do País"*

Brasil X Grécia

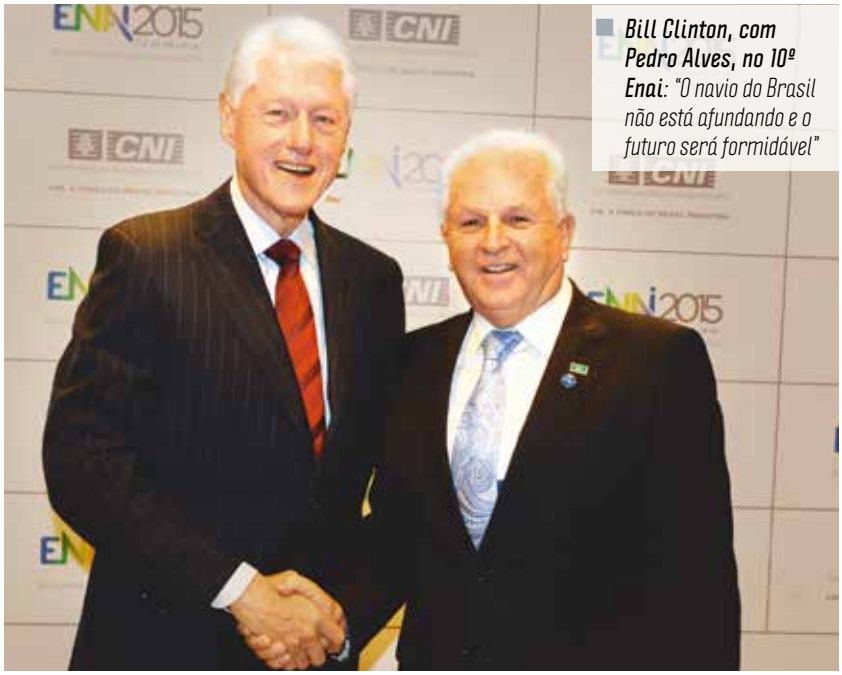
O ministro chamou a atenção da plateia com a apresentação de diversos dados relacionados às contas da União, principalmente quando equiparou a atual situação do Brasil à da Grécia. "Vamos chegar aonde eles chegaram se não modificarmos a questão da aposentadoria no Brasil", disse. Apontado como o grande problema do País, o déficit da previdência deverá ser de R$ 3 trilhões, segundo Nardes, e a partir de 2020 os pagamentos de aposentadoria devem começar a ficar prejudicados.

O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, comentou a fala do ministro, destacando que a indústria depende dos rumos do governo para efetivar investimentos em médio e longo prazo. "O que estamos assistindo é a desativação do setor industrial, o crescimento do desemprego, fruto de uma má governança pública", disse. Ele acrescentou que a governança pública, quando desacertada, que é o caso agora, atrapalha todo o País. "O descontrole dos gastos e aumento da carga tributária levam ao aviltamento do setor produtivo. Entendemos que, numa situação dessas, o ambiente de negócios tem de ser melhorado, viabilizando as atividades econômicas, gerando emprego e renda para os trabalhadores", observou o presidente. ■

***Palestra de ministro do TCU sobre governança pública mobiliza empresários**: comparação entre Brasil e Grécia*

No Enai, Bill Clinton prega confiança no Brasil

Dehovan Lima



Bill Clinton, com Pedro Alves, no 10º Enai: "O navio do Brasil não está afundando e o futuro será formidável"

José Paulo Lacerda/CNI

Ao encerrar o 10º Encontro Nacional da Indústria (Enai), dia 12 de novembro, em Brasília, o ex-presidente dos Estados Unidos Bill Clinton afirmou que o Brasil atravessa momento conturbado, mas é um dos países mais bem posicionados para se desenvolver no longo prazo. "O navio do Brasil não está afundando e o futuro será formidável", assegurou.

Em tom mais otimista ao que o empresariado brasileiro está acostumado a ouvir em relação ao País, Clinton disse que preferiria estar na situação do Brasil que na de muitos países do mundo. Segundo ele, apesar da gravidade da crise, o cenário doméstico – resultado de duas décadas de avanços sociais e econômicos – é mais favorável que o de países que, por exemplo, enfrentam elevadas taxas de desemprego na população jovem, como a Grécia, ou atravessam uma guerra civil e a ameaça de um estado terrorista, como a Síria.

Na abertura do Enai – que reuniu 2 mil empresários para discutir a crise econômica brasileira e os entraves ao aumento da competitividade –, o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, afirmou que é preciso ação, construção de consensos e firme decisão política para fazer as reformas que o País necessita para crescer. Ele defendeu uma reforma da previdência, avanços no sistema tributário, nas relações de trabalho e na regulação das concessões. O presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, que liderou comitiva de empresários goianos no Enai, fez coro às manifestações de lideranças da indústria e evidenciou que a superação da crise econômica depende de mudança no atual quadro político. "É preciso que se resolva, urgentemente, a crise política em que o País se encontra para se emplacar projetos capazes de fazer o setor empresarial voltar a ter confiança, voltar a investir, porque ele está descrente. O Brasil precisa de reformas e de reduzir sua burocracia."

Meirelles e Levy apontam rumos

No painel Os Cenários da Economia Brasileira, ex-presidente do Banco Central e presidente da J&F Investimentos, Henrique Meirelles, disse que o crescimento sustentável da economia depende da disseminação, hoje, de boas práticas de planejamento, governança e ações articuladas com foco no longo prazo.

Já o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, observou que a agenda do governo para o desenvolvimento do Brasil contém os mesmos princípios e ações propostos pela indústria. "Concordamos que o País precisa oferecer um ambiente de confiança e de segurança jurídica para os investidores", disse Levy.

Segundo ele, o projeto do governo é simplificar os impostos, modernizar a legislação trabalhista e ampliar os investimentos em infraestrutura, infraestrutura, prioridades para a CNI. Antes disso, no entanto, o Brasil precisa enfrentar a questão do ajuste fiscal e criar novas condições de financiamento da economia, afirmou.

Apesar das dificuldades, o ministro destacou que o País está fazendo avanços importantes. Ele citou como exemplo o aumento da oferta de vagas em cursos de educação profissional e em universidades. Levy lembrou que o Senai tem sido um importante parceiro do governo na oferta de cursos de formação profissional pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). "O Brasil está colhendo resultados importantes nessa área", afirmou o ministro. Segundo ele, os investimentos feitos hoje em educação são decisivos para construir o futuro do País. ■

Leia reportagem especial sobre conjuntura nas páginas 31 a 44

> "COMO EXISTE O PROCESSO DE VENDAS E UM PROCESSO DE DISTRIBUIÇÃO, DEVE EXISTIR IGUALMENTE UM PROCESSO DE INOVAÇÃO, CONSTANTE, O QUE SIGNIFICA CRIAR INOVAÇÕES DE FORMA CONTÍNUA"

A SAÍDA PARA A CRISE

Consultor internacional e especialista em planejamento, gestão estratégica e gestão de negócios, **Peter Dostler** encara a inovação como a única forma de uma empresa se manter competitiva e sobreviver em momentos de crise como agora. Mais do que isso, acredita ele, a inovação é alternativa mais eficaz do que ajuste fiscal para o País sair da crise profunda em que se encontra. Pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas e pelas universidades de Miami e Católica de Brasília, Dostler foi um dos palestrantes do Workshop de Gestão da Inovação, promovido em setembro pelo IEL Goiás, na Casa da Indústria. Em um dos intervalos do evento, ele recebeu a ***Goiás Industrial*** para a entrevista que se segue.

Goiás Industrial – ***Na sua visão, como as empresas devem encarar a inovação e o que é inovação para uma organização privada?***

Peter Dostler – A inovação deve ser vista basicamente como algo novo ou como fazer algo de forma diferente. Pelo setor industrial, a inovação deve ser vista como cultura e não como invento isolado. Muitas vezes, as indústrias pensam que, ao produzir algo inovador uma vez, vão poder ganhar com isso pelos próximos dez anos. Esse é um erro fatal. A inovação deve ser uma coisa cultural a ser implementada nas indústrias e isso tem a ver com liderança. Sob esse ponto de vista, a inovação é algo que deve vir da liderança da indústria e que será implementada por meio da cultura da empresa que cria o produto ou processo inovador. Como existe o processo de vendas e um processo de distribuição, deve existir igualmente um processo de inovação, que deve ser constante, o que significa criar inovações de forma contínua.

Goiás Industrial – ***E como se desenvolve essa cultura inovadora dentro de uma organização qualquer que seja ela, qualquer que seja o seu porte, por exemplo? Quais são as ferramentas à disposição do empresário para isso?***

Dostler – Existem várias ferramentas. Mas não existe "receita de bolo", uma receita de sucesso. Se existisse algo assim, toda a empresa estaria bem. Temos uma plataforma chamada "innovation framework", que envolve três etapas, em que se trabalha primeiro a descoberta. Inicialmente, você constrói seu planejamento estratégico e desenvolve um portfólio de inovações. Depois, você tem o desenho, onde a empresa cria um protótipo. Em seguida, há a fase de desenvolvimento e implementação desse protótipo e o lançamento do produto no mercado. Então, são três etapas: a descoberta, o desenho e o desenvolvimento. A descoberta visa à implantação de um portfólio, com projetos concretos de inovações. O desenho tem como propósito a criação de um protótipo, produto ou serviço consistente. E o desenvolvimento é a implementação e o lançamento daquele produto ou serviço no mercado e que reverte aquela inovação em receita, em lucratividade para a empresa. Inovação que não gera lucro não é inovação. A inovação tem de gerar receita, gerar dinheiro no bolso para a indústria. Mas, como eu disse, há inúmeros modelos, inúmeras abordagens para se alcançar isso. O que de fato vale a pena frisar é que o desenvolvimento de uma cultura de inovação depende da liderança da organização.

Goiás Industrial – ***Essa liderança está localizada exatamente onde? Nos níveis médios de gerência, no alto escalão?***

Dostler – Refiro-me à cúpula mesmo das empresas, à alta gerência, que tem de ter essa visão em relação aos processos de inovação. Não adianta.

Goiás Industrial – ***Como não existe essa "receita de bolo", cada empresa deve pensar em suas próprias soluções e desenvolver sua cultura para fazer inovação?***

Dostler – Ela deve criar seu processo próprio de inovação, dependendo do seu mercado, do seu ramo, do produto, do seu tamanho. Enfim, cada empresa deve criar seus processos. Na inovação, esses processos são paradoxais, porque, na verdade, cada um deve desenvolver o seu e este será único. Você tenta repetir formas ou etapas para você poder inovar continuamente na empresa.

Goiás Industrial – ***Não são soluções que as organizações possam buscar no mercado, fora da empresa. Há uma ideia bastante difundida segundo a qual, trazendo de fora pacotes tecnológicos, importando máquinas e equipamentos, será possível fazer inovação. Os processos de inovação caminham nessa direção ou não?***

"INOVAÇÃO QUE NÃO GERA LUCRO NÃO É INOVAÇÃO. A INOVAÇÃO TEM DE GERAR RECEITA, DINHEIRO NO BOLSO PARA A INDÚSTRIA"

Dostler – Não. Você comprou a máquina, você tem uma máquina nova. Mas isso não quer dizer que você tem uma inovação. Você pode comprar uma tecnologia, uma máquina e pode até, por meio dessa máquina, fazer alguma coisa nova que o mercado não conhece aqui. Mas a simples compra da máquina ou da tecnologia em si não é uma inovação. É preciso fazer alguma coisa com essa máquina ou com essa tecnologia que se transforme em alguma coisa nova para o mercado. Alguma coisa realmente não conhecida, um produto novo ou um produto melhorado incrementalmente. Por exemplo, temos a evolução da fita cassete para o CD e do CD para o Ipod. Foi necessário introduzir alguma melhoria no produto com o qual a empresa trabalha utilizando essa tecnologia ou essa máquina. A simples aquisição dessa tecnologia não garante que a empresa será capaz de produzir alguma coisa inovadora.

Goiás Industrial – ***Inovação não se limita ao produto...***

Dostler – Precisamente. Você pode inovar no processo, na estrutura, no design, no modelo de negócio, no serviço.

Goiás Industrial – ***O que se pode considerar inovador quando se fala em modelos de negócio?***

Dostler – Vou dar um exemplo. Você se lembra da Xerox, das máquinas copiadoras? O que a Xerox fez? A companhia criou uma máquina de tirar cópias e, na verdade, procurou uma consultoria para entender se seria viável colocar esse produto no mercado. A consultoria concluiu que não seria viável, porque a máquina desenvolvida pela empresa Xerox era cara demais e ninguém compraria. O que Xerox fez então? Ao invés de vender, ela decidiu alugar a máquina. Ela deu a máquina para as empresas suas clientes e fixou uma cota mensal, por exemplo, de 2 mil cópias gratuitamente e a, partir dessa quantidade, a empresa deveria pagar por cópia tirada. O que aconteceu? As empresas acreditaram que 2 mil cópias fosse muita coisa. Mas que nada, tiraram 10 mil, 20 mil, 30 mil cópias por mês e a Xerox passou a ganhar dinheiro por cópia. Então mudou seu modelo de negócio. Ao invés de vender máquinas Xerox, alugou e passou a ganhar em cima das cópias. Outro exemplo, que permite entender esse processo, foi a Sony. Todos conhecem o Playstation. Na verdade, o Playstation é um produto subsidiado. A Sony vende praticamente pelo preço de custo, porque seu objetivo real é vender jogos. Então, ela vende o console a um preço acessível e ganha dinheiro com os jogos. Outro exemplo, a Gilette. O consumidor leva o barbeador praticamente de graça e a empresa ganha nas vendas das lâminas. Esses são modelos de negócio de sucesso. O grande futuro da inovação são modelos de negócio diferentes.

Goiás Industrial – ***Esse tipo de mudança ou de evolução está acessível a empresas de menor porte? Essas empresas, aqui no Brasil, têm essa visão da inovação, da necessidade de criar modelos novos de negócio e quais são os gargalos que impedem que elas desenvolvam essa visão internamente?***

Dostler – Claro, essa opção está disponível a empresas de qualquer tamanho. Sobre a segunda questão, acho que culturalmente ainda falta no empresariado brasileiro essa visão de inovação. Acredito que, por natureza, as pessoas não gostam de inovar, não gostam de mudar. Inovação significa também uma mudança. Mas também significa a única forma de se manter competitivo. Estamos, neste momento, em uma fase de crise profunda no País

e a única forma de sair dessa crise é inovar, fazer coisas diferentes, fazer coisas novas. Mas, por natureza, o empresariado não é preparado e acho que grande parte não tem a visão da necessidade da inovação. Você vê estatísticas ou índices que fazem a comparação internacional entre países e o Brasil está de fato muito atrás de países como Chile, Alemanha, Estados Unidos e outros que já entendem a necessidade da inovação.

Goiás Industrial – ***O Brasil, de fato, tem registrado queda no ranking mundial da IMD World Competitiveness Center (uma das principais escolas de gestão de negócios do mundo, com sede em Lausanne, na Suíça), saindo de uma 38ª colocação em 2010 para o 54º lugar em 2014 e, neste ano, recuou para o 56º num ranking que inclui 61 países. Isso acontece por quê? Faltam instituições, faltam políticas, falta crédito, faltam incentivos? Qual o seu diagnóstico?***

Dostler – Conversei com um empresário aqui, depois de minha fala (no workshop promovido pelo IEL Goiás na Casa da Indústria, em setembro), e o que se percebe é que o empresário brasileiro espera muito que ele receba algum incentivo, algum crédito, algum dinheiro, alguma coisa do governo, ou de uma federação de indústria, ou de alguma fundação, ou de alguma outra organização. Ele parece muito pouco disposto ainda a tirar dinheiro do próprio bolso e apostar em inovação, porque a inovação é uma aposta. Ela pode dar certo ou não. Não há como garantir que, se você investir neste momento R$ 1,0 milhão para criar um novo celular, ou um novo Iphone, um novo produto, terá os resultados esperados. Isso não é garantido. O empresário brasileiro culturalmente ainda não está disposto a investir na inovação. Falta essa cultura de investir fortemente na inovação. Mas essa é minha opinião particular.

Goiás Industrial – ***Segundo as estatísticas disponíveis, a participação do investimento privado nos dispêndios totais com pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil gira em torno de 47% e, em alguns países, esse porcentual se aproxima dos 70%, a exemplo da Índia e dos Estados Unidos, chegando a 73% na Coreia do Sul.***

Dostler – Sim, esses são os dados. Acredito que o Estado deve incentivar sim, deve criar políticas e um ambiente propício para a inovação. Mas quem é responsável pela inovação é o empresariado, é o industrial, é a empresa e suas lideranças. Então, acho que o que falta aqui no Brasil é essa disponibilidade para investir recursos próprios em inovação na sua empresa.

Goiás Industrial – ***O que é preciso para que se desenvolva esse ambiente que favoreça a inovação dentro das empresas?***

Peter Dostler fala a participantes do Workshop de Gestão da Inovação, promovido pelo IEL Goiás, na Casa da Indústria

"O EMPRESÁRIO BRASILEIRO CULTURALMENTE AINDA NÃO ESTÁ DISPOSTO A INVESTIR NA INOVAÇÃO. FALTA ESSA CULTURA DE INVESTIR FORTEMENTE NA INOVAÇÃO"

Dostler – Acho que uma das formas, que é o que estamos fazendo aqui (na Fieg), é a sensibilização. Sensibilizar o empresário para a necessidade de inovação e desmistificar um pouco a inovação. Há esse conceito equivocado segundo o qual a inovação se parece com aquela ideia genial. Eu tenho a ideia da minha vida, que vai acontecer uma vez e que vai me permitir ganhar dinheiro para sempre. Isso não é verdade. Existem alguns paradigmas em volta da inovação. Acho que a pequena e a média empresa ainda não buscam o conhecimento necessário e precisam ser sensibilizadas através de iniciativas como a do IEL Goiás, a exemplo do que estamos fazendo aqui, com a realização de palestras, workshops, reuniões para disseminar e desmistificar esse conceito e sensibilizar o empresariado para o assunto inovação.

Goiás Industrial – ***Para se ter um ambiente seguro para investir em inovação, não é preciso ter instituições sólidas, um marco regulatório definido? O Brasil já dispõe disso?***

Dostler – As instituições existem, de fato, mas acho que ainda falta trabalhar essas instituições em rede. Criar redes consistentes. É preciso, por exemplo, ter uma rede de universidades, aliadas a laboratórios, a centros de excelência, a centros de pesquisa, a federações da indústria, a federações do comércio e às políticas de incentivos e de promoção do Estado. A inovação não acontece sozinha. O empresário precisa da universidade, assim como precisa de um marco regulatório, de uma política e de uma lei de incentivo. Enfim, são várias as condições, mas que são dadas por meio de um trabalho em rede, que vai ajudar a desenvolver esse ambiente consistente e mais seguro para o empresário, se é que é possível se falar em segurança quando se trata de inovação. Falta essa articulação entre esses diversos níveis.

Goiás Industrial – ***O País dispõe de um sistema nacional de tecnologia e inovação. Esse sistema ainda não opera como deveria?***

Dostler – O sistema é pouco usado. Acho que os empresários não têm ainda o conhecimento necessário para acessar esses sistemas. O empresariado não sabe que existe laboratórios do Senai, que existem centros de pesquisas, incubadoras, enfim, redes nacionais de pesquisa e desenvolvimento. Os empresários não têm essa informação e não sabem como acessar esses recursos.

Goiás Industrial – ***O crédito existe e não seria um problema para se fazer inovação no Brasil?***

Dostler – Na verdade, acho que atualmente este é um problema sim. É preciso que haja mais acesso ao crédito para inovação. Seria necessário ter-se uma política mais viável de acesso ao crédito nesta área para que o empresário possa buscar recursos.

Goiás Industrial – ***A questão é o custo desses recursos, sua disponibilidade ou a burocracia envolvida?***

Dostler – Os três motivos. Falta crédito, o custo precisa ser revisto e a burocracia é excessiva.

Goiás Industrial – ***E como destravar o investimento nesta área?***

Dostler – Se eu soubesse a resposta... Acho o que se precisa mesmo é uma política de Estado, concreta, a exemplo do Minha Casa Minha Vida e outros programas. Ou seja, um programa concreto e consistente de crédito para o empresário que quer inovar. A conjuntura atual também não é favorável, mas falta um entendimento consistente do Estado, do empresariado, das federações, das instituições todas envolvidas sobre a necessidade de se criar esse ambiente propício para inovação.

Goiás Industrial – ***O Brasil já teve vários programas de incentivo à inovação. E eles se sucedem. Alguns são razoavelmente bem-sucedidos, outros nem tanto. Mas o que se percebe é que as coisas acabam ficando pelo meio do caminho. Não se completam. Qual sua visão?***

Dostler – De fato, vários desses programas não se completam. De repente, você tem um Fundo Verde e Amarelo que tem recursos, que permitem incentivar, mas não há continuidade. Depois surge um novo programa, que em seguida não existe mais, não tem mais recursos. São as rupturas desses programas que atestam a falta de consistência da política científica e tecnológica, que é uma política não de governo, mas de Estado, contínua, persistente ao longo do tempo, sólida, e que deve existir independentemente de quem governa. Claramente, falta essa visão do governo, especialmente deste governo, de que em tempos de crise, como agora, é preciso fomentar, aumentar os investimentos no setor ao invés de cortar, como vem ocorrendo agora, com o ajuste fiscal. A solução desta crise é a inovação, é fazer coisas diferentes, novas, inspirar os empresários, encorajá-los a investir, tomar crédito, investir em sua ideia, em inovação, na sua empresa. Cortar recursos, na verdade, vai aprofundar essa crise, o que é algo meio perverso. ■

"É PRECISO TER UMA REDE DE UNIVERSIDADES, ALIADAS A LABORATÓRIOS, A CENTROS DE EXCELÊNCIA, A CENTROS DE PESQUISA, A FEDERAÇÕES DA INDÚSTRIA, A FEDERAÇÕES DO COMÉRCIO E ÀS POLÍTICAS DE INCENTIVOS E DE PROMOÇÃO DO ESTADO. A INOVAÇÃO NÃO ACONTECE SOZINHA"

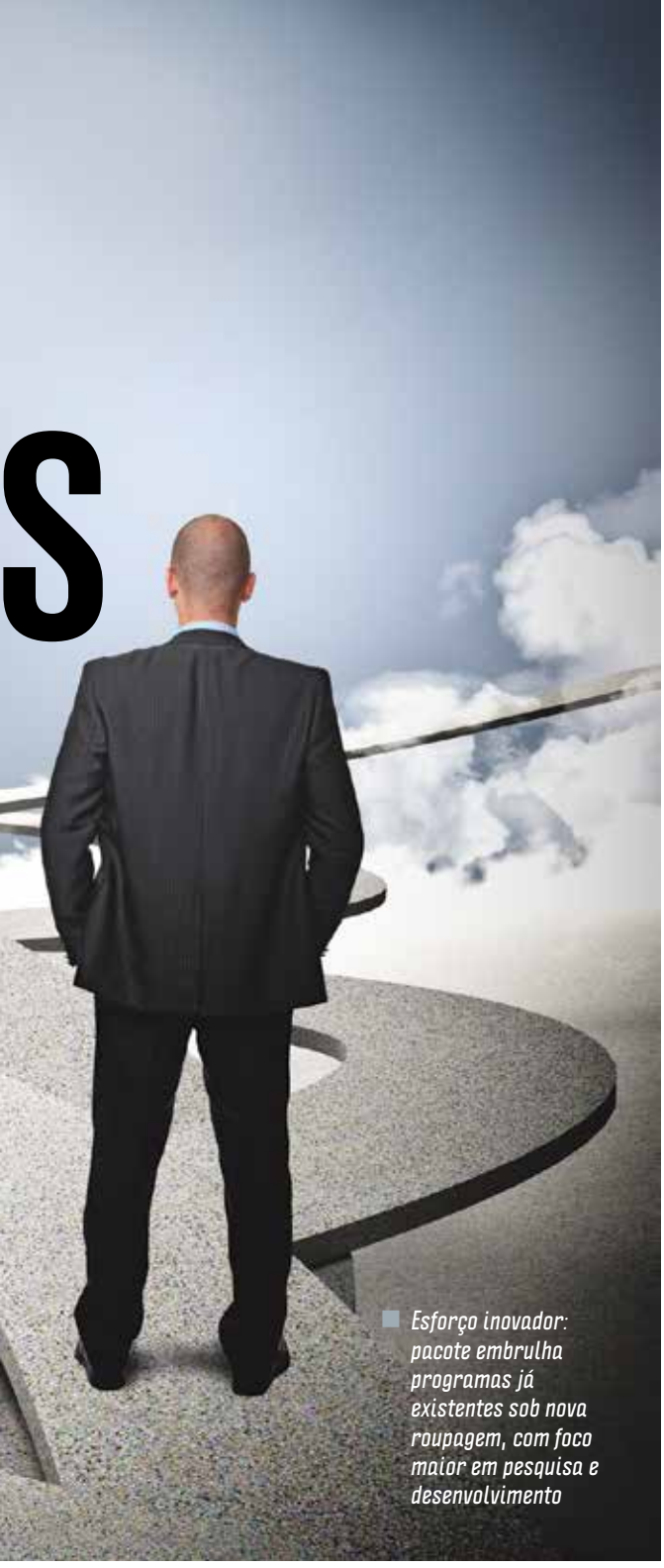
VÁRIOS DESAFIOS. E MUITAS DÚVIDA

Novo programa promete colocar o Estado entre os três que mais inovam no País, mas enfrenta ceticismo gerado pela crise na economia e por incertezas em relação às fontes de recursos

Lauro Veiga Filho

O governo estadual pretende imprimir novos rumos e velocidade mais acelerada aos projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em Goiás, consolidando as principais iniciativas nesta área sobre um grande "programa guarda-chuva", na definição escolhida pela presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), professora Maria Zaira Turchi.

Divulgado com enorme barulho pelo Estado, durante evento ocorrido no início de setembro no Centro Cultural Oscar Niemeyer, o Programa de Inovação e Tecnologia do Estado de Goiás (Inova Goiás) promete injetar pouco mais de R$ 1,174 bilhão até 2018, mas foi recebido com críticas pelo setor empresarial. O ceticismo ocorre não só pela arquitetura definida pelo governo, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e



shutterstock

Esforço inovador: pacote embrulha programas já existentes sob nova roupagem, com foco maior em pesquisa e desenvolvimento

Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED), mas especialmente em função das dificuldades fiscais enfrentadas pelo setor público no País e da crise a que a economia brasileira está submetida.

"O Inova Goiás, na verdade, parece a reedição de vários programas já existentes e reflete preocupação mais política de atender a um maior número de municípios, requentando políticas que já estavam ocorrendo", avalia Heribaldo Egídio da Silva, presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg e do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas do Estado de Goiás (Sindifargo).

Na sua visão, continua prevalecendo "grande desarticulação entre o setor público, a academia, pesquisadores e a iniciativa privada". Ele observa a ausência de projetos consistentes de um lado e a existência de "bons projetos" nas universidades, mas que não chegam ao setor produtivo. O presidente do conselho considera imperativo que o Estado tenha boas políticas de estímulo às patentes, mas entende que o volume de recursos destacado pelo Inova Goiás nesta área é ainda acanhado.

"A Agência de Fomento de Goiás (GoiásFomento), por exemplo, terá R$ 7,7 milhões para estimular a inovação, mas o limite de crédito por empresa ficará limitado a R$ 50 mil, o que é muito pouco. Isso sem contar a burocracia para contratação", afirma. Como outro fator de desestímulo, embora conjuntural, Heribaldo Egídio cita o cenário econômico atual, que levou o setor privado a "tirar o pé do acelerador" e engavetar projetos de investimento. "Os custos sistêmicos subiram e, no setor farmacêutico, que importa 90% de suas matérias-primas, as empresas estão esperando o câmbio se estabilizar para em seguida começar a avaliar opções."

Efeitos do ajuste fiscal

O programa trabalha com a perspectiva de investimentos em torno de R$ 57,4 milhões do setor privado em pesquisa e desenvolvimento, o que corresponderia a uma contribuição acanhada no esforço para promover a inovação no Estado, algo como 4,9% do total de recursos previstos até 2018. Mesmo assim, o presidente do conselho temático da Fieg tem dúvidas sobre a possibilidade de esses investimentos ocorrerem conforme o programado, diante do cenário de retração dos negócios neste e no próximo ano.

Os cortes e o contingenciamento de verbas orçamentárias para pastas importantes nesta área, a exemplo do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), que teve seu orçamento reduzido em pouco mais de R$ 1,8 bilhão neste ano, saindo de R$ 7,3 bilhões para R$ 5,467 bilhões, tendem a afetar a disponibilidade de recursos para incentivar a inovação, na avaliação do empresário. "Os recursos (do Inova Goiás) têm origem identificada e fontes definidas, mas não temos certeza de que os volumes indicados poderão se sustentar diante da política de ajuste fiscal no governo federal", acrescenta ele.

RECURSOS PARA A INOVAÇÃO

(Investimentos no Inova Goiás até 2018, em R$ milhões)

Origem	Valor	Participação (%)
Functec	99,050	8,44
Educação	57,400	4,89
Educação profissional e tecnológica	229,600	19,55
SED	99,050	8,44
UEG	9,100	0,77
Fapeg	28,140	2,40
GoiásFomento	7,700	0,66
Emater	25,900	2,21
Agrodefesa	9,100	0,77
Segplan	59,850	5,10
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)	35,000	2,98
Funmineral	4,900	0,42
FCO (BB)	346,500	29,51
FCO (governo federal)	3,500	0,30
Sebrae	14,000	1,19
Finep	7,000	0,60
BNDES	3,500	0,30
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação	1,050	0,09
Ministério da Saúde	5,600	0,48
Fundo Estadual de Segurança Pública (Funesp)	20,475	1,74
Fundo Estadual de Saúde (FES)	14,679	1,25
Banco do Brasil	23,100	1,97
Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp)	12,222	1,04
Tesouro	0,378	0,03
Setor privado	57,400	4,89
Total	**1.174,194**	**100,0**

(*) Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Científico e Tecnológico e de Agricultura, Pecuária e Irrigação (SED)
Fonte: Programa Inova Goiás

Heribaldo Egídio: *negociações com importadores da América Latina e África podem ser alternativa para voltar a crescer*

Freio nos investimentos

Nos últimos meses, o Sindifargo registra apenas três projetos realizados por empresas do setor, aponta Heribaldo Egídio. Ele inclui na relação investimentos na faixa de R$ 100 milhões realizados pela Geolab Indústria Farmacêutica, na instalação de um centro de distribuição e em novos processos, mais R$ 100 milhões investidos pelo Teuto/Pfizer em sua unidade de sólidos e em controle de qualidade, e a transferência do Rio de Janeiro para Goiás da planta da Mantecorp Skincare, do grupo Hypermarcas, que passou a concentrar sua operação no Estado.

A Equiplex Indústria Farmacêutica, uma das maiores fabricantes de medicamentos injetáveis, com indústria em Aparecida de Goiânia, acrescenta Heribaldo Egídio, que também comanda a empresa, decidiu colocar em modo de espera os projetos de implantação de um novo centro de distribuição e de duas novas linhas, dedicadas respectivamente a pequenos produtos (ampolas) e a produtos de saúde. Neste último segmento, a empresa estuda parceria com empresa norte-americana para a fabricação de produtos destinados ao tratamento de trombose.

"Temos toda uma divisão preparada para dobrar a produção e consolidar nossa indústria", declara ele. Mas a decisão de retomar investimentos dependerá do desenvolvimento de negociações da Equiplex com clientes potenciais na Colômbia, para fornecimento de soros e medicamentos em pequenos volumes. A empresa estuda cinco propostas para distribuição de seus produtos naquele país e analisa possiblidades de exportação ainda para o Peru e a Bolívia. Se as negociações avançarem, anota Heribaldo Egídio, "teremos condições para voltar a investir", prevendo algo em torno de 3 milhões de euros na aquisição de uma linha de equipamentos com tecnologia alemã para atender à demanda externa. "Os mercados da América Latina e da África representam a única alternativa para crescer", sustenta.

Estímulo à "cultura inovadora"

O programa Inova Goiás consolida anos de trabalho para fomentar a inovação no Estado, agrupando as diversas iniciativas do setor público estadual nesta área sob um foco mais preciso e objetivo, centrado em pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos inovadores, contrapõe Aline Figlioli, superintendente de Desenvolvimento Tecnológico, Inovação e Fomento à Tecnologia da Informação da SED. O objetivo maior, reforça ela, será promover o desenvolvimento, no Estado, de um "ecossistema de inovação", envolvendo toda a economia.

Aline descreve uma série de ações que o Estado já vem desenvolvendo nesta área, incluindo incialmente o trabalho desenvolvido pela Fapeg, a implantação de arranjos produtivos locais, as linhas de inovação como parte do crédito produtivo do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para pequenas e médias empresas, entre outros. Segundo ela, esses projetos agora "ganham robustez maior e recursos carimbados", sob a coordenação do vice-governador, José Eliton (que acumula o comando da SED), e do superintendente de Ciência e Tecnologia, Mauro Faiad.

Uma das metas, conforme Aline, será colocar Goiás entre os três Estados do País que mais investem em inovação. Atualmente, o Estado ocupa um modesto 14º lugar, com a destinação de 0,24% das receitas para investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Por exigência constitucional, o governo será obrigado a reservar 3,25% da receita de impostos para a "execução da política de ciência e tecnologia e educação superior estadual", conforme acentua material de divulgação do Inova Goiás.

O ranking dos Estados que mais gastam com pesquisa e desenvolvimento ▶

Aline Figlioli, superintendente da SED: *Inova Goiás consolida anos de esforços para fomentar a inovação no Estado*

inclui, entre os primeiros colocados, os governos de São Paulo (4,11% das receitas tributárias), Paraná (1,45%) e Rio de Janeiro (com 1,02%). Isso significa que Goiás terá de multiplicar em pouco mais de quatro vezes o volume de recursos destinados a atividades de P&D apenas para alcançar o governo carioca em praticamente três anos.

Gasto com pesquisa e difusão desaba

Para se ter uma ideia do tamanho do desafio proposto, entre 2011 e 2014, os investimentos em ciência e tecnologia aumentaram 34,1%, saindo de R$ 229,20 milhões em 2011 para R$ 307,46 milhões em 2014. O desempenho ficou praticamente em linha com a elevação de 34,7% acumulada pela receita líquida em igual intervalo e bastante próximo da inflação de 34,5% registrada ao longo do período, segundo os relatórios resumidos da execução orçamentária do Estado, disponíveis no portal Goiás Transparente.

As despesas com pesquisa e difusão tecnológica, por sua vez, saltaram 119,3% entre 2011 e o ano passado, avançando de R$ 19,135 milhões (0,25% das receitas) para R$ 41,955 milhões no ano passado, representando 0,39% da arrecadação líquida. A despeito do forte avanço, para atingir a mesma participação exibida pelo Rio teria sido preciso destinar R$ 110,65 milhões para o setor, ou seja, em torno de 164% a mais do que o investimento efetivamente realizado.

Num complicador adicional, por força do ajuste fiscal em curso, as despesas com pesquisa e difusão sofreram queda de 28,8% nos primeiros oito meses deste ano, quando somaram R$ 13,940 milhões (apenas 0,19% das receitas, frente a piso constitucional de 0,25%). Entre janeiro e agosto do ano passado, o setor havia realizado dispêndios de R$ 19,585 milhões (0,28% das receitas).

A INDÚSTRIA GOIANA RESPONDE POR

2,9%

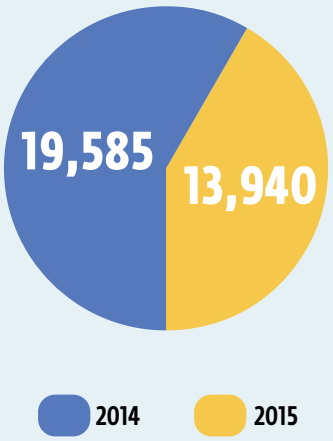
DO VALOR ADICIONADO POR TODO O SETOR, MAS O ESTADO ABRIGA APENAS

0,5%

DOS PESQUISADORES EM ATUAÇÃO NO BRASIL

INVESTIMENTOS EM PESQUISA E DIFUSÃO TECNOLÓGICA

(Janeiro-agosto, em R$ milhões)



Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária

SED pretende triplicar patentes

Ainda como meta sugerida para 2018, a superintendente Aline Figlioli identifica "oportunidade enorme" de triplicar o total de patentes depositadas pelo Estado no Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI). Em 2012, dado mais recente divulgado pelo governo, pesquisadores, institutos de ciências, tecnologia e inovação e empresas goianas haviam depositado 127 patentes, das quais 79 referentes a invenções.

No total, foram definidas 39 ações para estimular a criação de um "ambiente inovador" no Estado, 19 delas destinadas ao setor privado e as demais mais focadas no setor público, mas com impactos na iniciativa privada. As propostas envolvem principalmente modernização da máquina administrativa, um reforço da infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação do Estado e a conectividade no setor de educação, instalação de uma plataforma tecnológica para monitoramento e gerenciamento de dados ainda na área educacional e a ampliação da rede de videomonitoramento de Goiânia.

O primeiro grupo de medidas abarca recursos de R$ 937,09 milhões, representando quase 80% do total. Três ações concentram R$ 651,0 milhões (69,5% do total previsto para as 19 ações neste grupo), com destaque para a estimativa de contratação de R$ 315,0 milhões por meio do FCO para incentivar a inovação nas empresas. A Bolsa Futuro Inovador, com a qual o governo espera prover 200 mil trabalhadores com qualificação tecnológica, deverá receber R$ 196,0 milhões e mais R$ 140,0 milhões no âmbito do Programa Goiano de Ambientes de Inovação. Os recursos, neste último programa, serão aplicados na construção de seis parques tecnológicos, 18

novas incubadoras e aceleradoras para receber empresas de base tecnológica e estimular seu desenvolvimento, que se somarão às 12 já existentes no Estado, e ainda na implantação de 40 arranjos produtivos locais.

Na área de qualificação, retoma Aline, os atuais centros de educação profissional serão transformados em Institutos Tecnológicos de Goiás (Itego), numa mudança de conceito que vem sendo desenvolvida desde 2013. Os institutos passarão a agregar, além da educação profissional convencional, laboratórios para a capacitação tecnológica, que deverão formar trabalhadores com maior eficiência produtiva e capacidade para desenhar e manejar novos produtos e processos.

Mantovani Fernandes

***Amplo espectro**: projetos contemplam desde conectividade nas escolas e até a expansão do sistema de videomonitoramento de Goiânia*

Influência reduzida

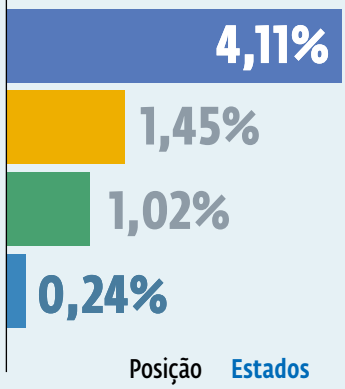
Entre os ingredientes que acrescentam uma dose a mais de risco à gestão do programa, parcela nada desprezível dos recursos orçados está fora da área de influência do governo do Estado e depende de decisões sobre as quais a possibilidade de ingerência local é mais reduzida, para dizer o mínimo. Em torno de R$ 496,65 milhões – ou 42,3% do total de recursos incluídos no Inova Goiás – têm como fonte instâncias do governo federal e linhas de crédito e financiamento de instituições financeiras e não financeiras do setor público federal ou de fundos constitucionais. Além de decisões daquelas esferas do setor público, a efetiva liberação dos recursos dependerá obviamente da demanda do setor privado.

O FCO deverá prover, no total, incluindo recursos à disposição do Banco do Brasil, agente financeiro do fundo, e uma parcela de dinheiro federal, R$ 350,0 milhões, representando 29,8% do total previsto (R$ 1,174 bilhão). Outros R$ 146,65 milhões terão como fonte os orçamentos dos ministérios da Educação, Saúde e Ciência, Tecnologia e Inovação, do Sebrae, da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além de financiamentos do próprio BB e recursos da iniciativa privada. ▶

AINDA LÁ ATRÁS

(Ranking dos principais Estados segundo investimento em pesquisa e desenvolvimento)

Investimento/receitas totais



Posição	Estados
1º	São Paulo
2º	Paraná
3º	Rio de Janeiro
14º	Goiás

Fonte: SED

AS INDÚSTRIAS INCENTIVADAS PELO PRODUZIR INVESTIRAM

R$ 10,0

BILHÕES ATÉ 2014 E DESTINARAM SOMENTE

R$ 202

MILHÕES

– 2% do total –

PARA PESQUISA E DESENVOLVIMENTO

***Soraia Paranhos**: rede estadual de educação profissional e tecnológica começou a ser formatada ainda em 2001*

As "rotas da inovação"

Toda a estratégia de implantação do Inova Goiás, de acordo com a superintendente Aline Figlioli, está baseada na construção de "rotas de inovação". A ideia é conectar em torno de 54 polos de excelência nas áreas de alimentos e bebidas, lácteos, turismo, metalomecânico, tecnologia da informação, confecções, fármacos, medicamentos e biotecnologia, cosméticos, perfumaria e produtos de higiene pessoal, logística, energias alternativas, construção, etanol equipamentos médicos hospitalares e mineração.

Esses polos serão a base para a instalação dos novos Itegos, que serão integrados em sistema de rede. De acordo com Soraia Paranhos, responsável pela área de formação profissional da SED, a rede de educação profissional e tecnológica começou a ser montada em 2001 e chegou a 2010 com 14 centros instalados no Estado. No ano seguinte, o governo formatou o programa Bolsa Futuro, que qualificou, até o ano passado, 500 mil pessoas, de acordo com Soraia. Neste ano, 16 institutos tecnológicos foram implantados, outros 9 estão em fase pré-operacional e mais 5 projetados, somando 30 até 2018, além de 80 unidades descentralizadas, que terão "mobilidade para atender a demandas específicas".

O programa prevê ainda a criação do Núcleo de Inovação Tecnológica da Rede Itego (NIT), que tem como meta o atendimento de cerca de 25 mil empresas até 2018. "A proposta é fortalecer a interação com o setor privado a partir do NIT e com o reforço previsto para o sistema de incubadoras no Estado", afirma Aline. O acompanhamento do programa e o assessoramento ao gabinete do governo estadual estarão a cargo do recém-instalado Conselho Superior de Inovação do Estado de Goiás. Além do conselho, técnicos e pesquisadores da Agência USP de Inovação e da Inova Unicamp, lembra a superintendente, também vão acompanhar a execução do Inova Goiás. Segundo o coordenador da agência da USP, professor Vanderlei Bagnato, a instituição tem colaborado igualmente na organização das ações do Estado na área de inovação.

O papel estratégico da Fapeg

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás deverá cumprir papel estratégico na execução do Inova Goiás, ao mesmo tempo em que busca internacionalizar sua atuação. A Fapeg já vem trabalhando no lançamento de novos editais de incentivo à pesquisa, desenvolvimento e inovação de acordo com o foco definido pelo novo programa, que deverá possibilitar, na avaliação da professora Maria Zaira Turchi, presidente da entidade, "melhor articulação dos recursos existentes, otimizando sua aplicação em ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P&DI)".

"Estamos aguardando decisão da Finep para um novo edital e temos ações em vista para apoio a ideias inovadoras e a startups (empresas iniciantes com potencial inovador), por exemplo, e devemos lançar, no próximo ano, editais específicos na área de P&DI", adianta Maria Zaira. Entre outras iniciativas, a entidade tem mantido conversações com universidades do Estado para formatar um pacote de editais de apoio a geração e registro de patentes, envolvendo um total de R$ 2,3 milhões.

"Nosso desejo é lançar o primeiro deles até dezembro próximo", afirma a professora. Em outra linha de trabalho, a Fapeg assessora o governo na definição do programa Goiás Sem Fronteiras, que preverá bolsas cobrindo desde estudantes de ensino médio e jovens talentos até pós-doutorado. A ideia é bancar uma parte do trabalho de pesquisa fora do País, em centros internacionais de referência, além de apoiar missões de pesquisa no exterior.

Em junho e julho deste ano, a Fapeg fez o lançamento de dois editais, o primeiro no valor de R$ 600 mil, destinado a empresas incubadoras de base tecno-

lógica – o segundo nos mesmos moldes lançado pela fundação (o anterior saiu em 2012) – e mais um, também com R$ 600 mil previstos, para estruturação e manutenção de núcleos de inovação tecnológica. Nos dois casos, os resultados, com a relação das empresas e entidades selecionadas, serão divulgados a partir de 30 de novembro deste ano.

Com orçamento hoje próximo a R$ 52,9 milhões, equivalente a 0,5% da receita líquida de impostos e transferência, a Fapeg lançou 32 editais entre 2010 e 2014, incluindo programas de distribuição de bolsas para mestrado, doutorado e pós-doutorado, subvenção econômica à inovação (em parceria com a Finep), difusão científica e tecnológica, pesquisas, combate a drogas ilícitas, apoio a núcleos de excelência, pesquisa para o Sistema Único de Saúde, desenvolvimento científico e tecnológico regional e cooperação com instituições internacionais.

Pelo mundo afora

A professora Maria Zaira destaca especialmente o edital que, em 2011, incluiu o Estado no circuito do Programa de Subvenção à Pesquisa em Microempresas e Empresas de Pequeno Porte nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (Pappe Integração), desenvolvido pela Finep. De acordo com ela, a Finep entrou com R$ 11,5 milhões e o Estado, por meio da Fapeg, com mais R$ 5,5 milhões, somando R$ 17,0 milhões distribuídos a mais de 50 projetos. "O programa contribuiu para as empresas avançarem em inovação, gerando emprego, renda e produtos mais competitivos", avalia a professora.

Em 2013, igualmente em parceria com a Finep, por meio do programa Tecnova, de subvenção à capacitação de empresas no desenvolvimento de projetos de inovação, numa primeira fase, e de apoio diretamente à inovação, numa segunda etapa, foram destinados R$ 13,5 milhões a mais de três dezenas de micro e pequenas empresas de base tecnológica. Os setores contemplados foram fármacos e medicamentos, agronegócio, tecnologia da informação e comunicação, biotecnologia e nanotecnologia, energias alternativas, máquinas e equipamentos, meio ambiente e recursos naturais.

Na área de cooperação internacional pela inovação, a Fapeg anunciou em julho a adesão à chamada para seleção pública de projetos na área de ciências e tecnologia de informação e comunicação, em parceria com o Institut National de Recherche en Informatique et Automatique (Inria) e o Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS). A Fapeg entrará com até R$ 500 mil e a contratação deverá ser iniciada em 11 de fevereiro do próximo ano.

Sob coordenação do Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (Confap) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), também em julho deste ano, a Fapeg e mais 16 fundações estaduais de amparo à pesquisa fecharam acordo com o Fundo Newton, do Reino Unido, resultando no lançamento de cinco editais, com recursos em torno de 33 milhões de libras, para projetos de desenvolvimento social, biotecnologia, nitrogênio na agricultura e economia social, energia água e alimentos. Sem a fundação, observa Maria Zaira, esses recursos não teriam chegado a Goiás. ■

Maria Zaira Turchi, da Fapeg: *programa trará "melhor articulação dos recursos existentes e sua otimização"*

CAPACITAR PARA INOVAR

Professor Sérgio Botelho e a bolsista Rosana Freitas acompanham em laboratório uma das fases do estudo sobre o biogás

No âmbito do Inova Talentos, estudantes e empresas mergulham na busca por conhecimentos propiciadores da vivência e da forma prática de pensar e fazer inovação

Célia Oliveira

Força motivadora e renovadora de empresas, a inovação entra fortemente na agenda do setor produtivo, pela sua capacidade de transformação comportamental, cultural e mercadológica. Igualmente contribuem para sua adoção resultados rumo ao "fazer diferente", de forma duradoura e relevante, considerando o fator perenidade para as organizações. Objeto de uma política industrial e, consequentemente, de desenvolvimento econômico, a inovação ainda faz com que as empresas sejam mais bem-sucedidas.

Diante deste cenário, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) usa de sua vocação de articulador de soluções para demandas industriais para oferecer serviços que agregam valor e que conduzam a indústria a se preparar para responder e enfrentar melhor as realidades. Nesse sentido, o IEL se uniu ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para oferecer o Inova Talentos. O programa é uma ferramenta de suporte com objetivos de incrementar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação na indústria e capacitar jovens profissionais, a partir da criação de um ambiente favorável à inovação.

O Inova Talentos busca estimular a indústria a manter-se competitiva, por meio do desenvolvimento de projetos de inovação e tecnologia, suprindo uma demanda da própria indústria: a dificuldade de encontrar jovens profissionais prontos, familiarizados com pesquisa, desenvolvimento e inovação, além de alguma vivência prática no setor produtivo.

De acordo com o superintendente do IEL Goiás, Humberto Oliveira, o assunto inovação é a pauta do momento e exige união de esforços pela geração de conhecimentos que irão transformar ideias em resultados.

A aprovação das empresas goianas

Desde 2014, empresas goianas vêm inscrevendo projetos de inovação junto ao IEL e CNPq, no âmbito do Inova Talentos e, quando aprovadas, recebem alunos bolsistas dos níveis da graduação, recém-graduados e mestres. Ana Cláudia Petry é uma das bolsistas selecionadas. Engenheira civil formada na PUC Goiás, ela descreve a experiência no Inova Talentos como muito gratificante. "Em dez meses de projeto tive a oportunidade de desenvolver diversas habilidades na área de gestão e inovação".

Na Toctao Engenharia, de Goiânia, Ana Cláudia assiste ao projeto Desenvolvimento de Indicadores de Sustentabilidade para a Construção Civil, um conjunto de valores pelo qual a empresa busca o equilíbrio entre o custo, prazo, gestão de pessoas, saúde e segurança no trabalho, gestão do meio ambiente e a qualidade dos projetos e processos.

Segundo a tutora de Ana Cláudia, a também engenheira Cinthia Martins Peixoto, o projeto da Toctao tem o poder de subsidiar os gestores na tomada de decisão que conduza à sustentabilidade dos negócios. "Isso fará com que a empresa siga dentro do planejamento. Consideramos a inovação a principal ferramenta para a empresa renovar processos, produtos, serviços e buscar a real melhoria contínua."

A experiência do Inova Talentos também é positiva para a Votorantim Metais, a qual tem um projeto sob coordenação do professor Sérgio Botelho de Oliveira, do Instituto Federal de Goiás (IFG) - Câmpus Goiânia. Para ele, investir em inovação é criar possibilidades de crescimento econômico para o País, instigando o senso de pesquisa por novas formas do fazer. "O Inova Talentos contribui para a formação de profissionais e incrementa o setor produtivo no que diz respeito à reengenharia da rotina operacional e criação de novos produtos." Na visão do professor, o programa prepara mão de obra especializada e garantirá para a Votorantim profissionais aptos a implementar uma nova tecnologia de produção de gás redutor de minério de níquel a partir de uma biomassa experimental.

Pesquisa com biogás

O projeto Biogás Redutor de Minério de Níquel está em execução pela mestre Rosana Aparecida de Freitas. Ela já realizou pesquisa bibliográfica sobre o assunto e um experimento em escala laboratorial para o projeto da Votorantim, em parceria com o IFG e a Universidade Federal de Goiás (UFG). "Ao final do projeto, pretende-se alcançar resultados confiáveis baseados em conhecimentos científicos e técnicos que orientarão a Votorantim a checar a viabilidade no uso do biogás em substituição ao óleo combustível." Para Rosana Freitas, o Inova Talentos tem possibilitado melhorias em seu desenvolvimento profissional. "Espero mais qualificação porque as capacitações oferecidas me permitiram ter mais foco e agilidade em tomada de decisão, e maior visão no projeto."

Os horizontes da inovação

É cada dia maior a importância da inovação para a sobrevivência dos negócios, especialmente em tempos de crise. Movidas por esse pensamento e conscientes do complexo cenário atual, empresas goianas participaram do workshop internacional Gestão da Inovação, trazido a Goiânia em parceria entre o Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) e a Sibe (Escola de Negócios e Empreendedorismo Internacional), da Universidade Steinbeis, da Alemanha. A capacitação, conduzida pelo consultor internacional e especialista em planejamento, gestão estratégica e gestão de negócios Peter Dostler e pelo consultor e especialista nas áreas de gestão de projetos e desenvolvimento de lideranças Fábio Zimmermann, constituiu um momento científico para a inovação, transferência de tecnologia e desenvolvimento de competências.

Chamada pública

Nova chamada para o Inova Talentos está aberta a empresas e institutos de PD&I públicos e privados, órgãos do governo e entidades do terceiro setor, com prazo até 2018. Os projetos de inovação devem ter como foco o aumento da competitividade das indústrias e empresas brasileiras e o desenvolvimento científico e tecnológico no País. O prazo para submissão de projetos vai de 14 de setembro deste ano a 31 de janeiro de 2018.

INOVA TALENTOS
PROGRAMA RHAE TRAINEE CNPq-IEL

Mais informações no ***www.inovatalentos.com.br*** *ou diretamente com o IEL Goiás no telefone* ***(62) 3216-0332.***

Um dos objetivos do workshop foi proporcionar o desenvolvimento de abordagens de acordo com a cultura e especificidades das empresas participantes e, ao final, desenhar um método para gestão aplicado à realidade da empresa, considerando a inovação como valor percebido. Coordenador de desenvolvimento da Acttive, empresa de tecnologia da informação, Paulo Henrique de Oliveira almeja incentivar sua equipe a pensar e a participar nesse campo. "Com os conhecimentos do workshop, queremos instigar o pensamento e o espírito da equipe para inovação, algo indispensável, sobretudo no campo da tecnologia."

Ele observa que a empresa incorporou há pouco o tema inovação em seus valores. "Com o workshop, tivemos a possibilidade de aprender a fazer inovação para dar novo norte para a empresa, aumentando a variedade de ideias geradas, transformando essas em resultados duradouros."

Para Fábio Zimmermann, inovação deve ser percebida como uma evolução natural para a sobrevivência. "Um processo real e contínuo, considerando os ciclos

***Olavo Araújo, do Castro's Park Hotel**: metodologia mostra maneira prática e meios para implementar a inovação na empresa*

da estratégia, do design e desenvolvimento". Zimmermann acrescentou que, nesse momento de crise, a inovação deve despertar para a mudança e surgimento de novas ideias, fazendo com que a organização comece a olhar para fora da caixa.

Gerente geral do Castro's Park Hotel, único cinco estrelas de Goiânia, Olavo Araújo considerou o workshop inspirador. "Gostei muito da metodologia apresentada, que mostrou a maneira prática e os meios de implementar a inovação na empresa."

Ferramenta da competitividade

Reconhecendo que inovação é pouco praticada, por falta de cultura organizacional, a gerente de incubadoras Maria do Socorro Silva pôde constatar que se trata também de algo simples e de fácil aplicação. "Valeu muito participar do workshop, os objetivos propostos foram alcançados e levo daqui um aprendizado especial."

O superintendente do IEL Goiás, Humberto Oliveira, reforça a necessidade de os empresários e industriais se capacitarem para utilizar a inovação como ferramenta para enfrentar e se posicionar no cenário de alta competitividade. "O ambiente econômico está cada vez mais complexo e exige novas habilidades, novas visões, novas condições e conhecimentos para saber identificar boas propostas de inovação." ■

***Workshop internacional**: momento científico para a inovação, transferência de tecnologia e desenvolvimento de competências*

AS PROFISSÕES DE MAIOR EMPREGABILIDADE

***Hyago Matsuura e Luan de Godoy**: pela ordem, medalhista de ouro na ocupação de sistemas de transporte da informação e consultor em soluções de infraestrutura e vendas*

Levantamento realizado pelo Senai Nacional mostra as dez ocupações com saldo positivo de vagas no mercado de trabalho

Andelaide Lima

Com o desemprego no Brasil à beira do patamar de dois dígitos – entre maio e julho deste ano, a taxa chegou a 8,6%, a maior da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desde 2012 –, a escolha de uma profissão técnica é estratégica para espantar o fantasma da demissão. É o que comprova levantamento inédito feito pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com base nos dados do Cadastro Geral de Emprego e Desemprego (Caged).

O trabalho apresenta as dez ocupações técnicas industriais que tiveram saldo positivo entre demissões e contratações de julho de 2014 a junho de 2015, período em que aumentou o desemprego no País. Em Goiás, as profissões com melhores índices de empregabilidade *(veja quadro Profissões em alta)*, somam cerca de 10 mil empregos e acumulam saldo positivo de 874 vagas no período avaliado.

Uma das principais explicações para a boa aceitação da formação técnica no mercado de trabalho é sua transversalidade, característica que indica a variedade de setores em que um profissional pode atuar. Quanto mais transversal for uma ocupação, maior a flexibilidade do trabalhador para transitar entre diferentes áreas, regiões e empresas. Essa habilidade proporcionada pelo ensino técnico representa um diferencial para o profissional em períodos de crise.

O estudo do Senai mostra ainda que, embora em alta, o desemprego entre os trabalhadores que fizeram algum curso de formação profissional é inferior aos que não se qualificaram. Em dezembro do ano passado, a taxa de desemprego entre quem fez ensino técnico era de 3,9%, enquanto entre os que não tinham se qualificado era de

PROFISSÕES EM ALTA

- Técnico em produção, conservação e de qualidade de alimentos
- Mecânico de manutenção aeronáutica
- Técnico em operação e monitoração de computadores
- Técnico de planejamento e controle de produção
- Técnico na fabricação e montagem de máquinas, sistemas e instrumentos
- Técnico de apoio em pesquisa e desenvolvimento
- Operadores de rede de teleprocessamento e afins
- Operadores de instalações de geração e distribuição de energia elétrica, hidráulica, térmica ou nuclear
- Instaladores e mantenedores de sistemas eletroeletrônicos de segurança

Fonte: Senai – Departamento Nacional

Laís Maria da Silva: "Nunca teria conseguido esse emprego sem o curso do Senai, que é referência em formação profissional"

Watilon Leite: "Estou há quase três anos na Sete e meu objetivo é crescer no setor de aviação"

4,5%. Em junho deste ano, essas taxas eram de 6,6% e 7%, respectivamente, de acordo com dados da Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego do IBGE.

Cresce procura por cursos técnicos

As oportunidades oferecidas para quem tem educação profissional fizeram aumentar a procura por cursos técnicos. Dados do Censo da Educação Básica, do Ministério da Educação, mostram que o número de matrículas em cursos profissionalizantes de nível médio cresceu 88% nos últimos seis anos no País. Saiu de quase 928 mil, em 2008, e chegou a pouco mais de 1,7 milhão, em 2014. Em Goiás, o Senai registrou 7.621 matrículas no ensino técnico, em 2008. Seis anos depois, a modalidade chegou a 18.434, crescimento de 241%.

Quanto aos índices de absorção de ex-alunos no mercado de trabalho, o Senai Goiás ocupa lugar de destaque no País, com a 7ª colocação no ranking geral. A taxa atinge quase 80% dos egressos na modalidade de cursos técnicos de nível médio, superior à média nacional, de 74%, de acordo com o Programa de Acompanhamento de Egressos do Senai – Ciclo 2011/2013, formado por 24 Estados.

Os dados levantados pelo Senai Nacional comprovam que as oportunidades de emprego e de boa remuneração são maiores para quem optou pela formação profissional. O setor produtivo dá preferência aos trabalhadores cujas habilidades técnicas contribuam para tornar processos mais eficientes e aumentar a produtividade das empresas.

Técnico em aeronaves tem boa absorção

Natural de Marabá (PA), Neyron Sousa, de 29 anos, mora em Goiânia há dois anos. Apaixonado por aviação, ele veio atraído pelo curso técnico em manutenção de aeronaves oferecido pela Faculdade Senai Ítalo Bologna, na capital. Após concluir o primeiro módulo da habilitação, no ano passado, há dez meses ele atua como auxiliar de manutenção na Sete Táxi Aéreo. "Vim em busca de qualificação para construir minha carreira na área. Fazer o curso no Senai me ajudou muito a entrar no mercado de trabalho, fiz a escolha certa", observa.

Neyron Sousa: *"Fazer o curso no Senai me ajudou muito a entrar no mercado de trabalho, fiz a escolha certa"*

Colega de Neyron Sousa no trabalho, Laís Maria da Silva, de 24 anos, concluiu em setembro o mesmo curso e está desde fevereiro na empresa. "Nunca teria conseguido esse emprego sem o curso do Senai, que é referência em formação profissional. Além disso, a habilitação tem bastante atividade prática e isso é um diferencial importante", avalia.

Integrante da primeira turma do curso técnico em manutenção de aeronaves, de 2010, Watilon Leite, de 33 anos, conta que não teve dificuldades para conquistar uma vaga no mercado de trabalho. "Estou há quase três anos na Sete e meu objetivo é crescer no setor de aviação. O curso me deu habilidades essenciais para execução do meu trabalho", diz.

Bons empregos e empreendedorismo

Ex-aluno do curso técnico em redes de computadores, concluído em 2012, na Faculdade Senai de Desenvolvimento Gerencial (Fatesg), Hyago Matsuura, de 20 anos, atua como analista de redes e infraestrutura na Associação dos Filhos do Pai Eterno (Afipe), gerenciando servidores, análises de implementação e suporte aos usuários.

Medalhista de ouro na ocupação de sistemas de transporte da informação, na fase nacional da Olimpíada do Conhecimento, maior competição de educação profissional das Américas, realizada em 2012, em São Paulo, ele conta que a experiência abriu mais portas no mercado de trabalho. "O Senai foi um divisor de águas na minha vida, que ajudou a me transformar no profissional responsável e maduro que sou hoje", reconhece.

Concluinte do curso técnico em telecomunicação da Fatesg, Luan de Godoy trabalha como consultor em soluções de infraestrutura e vendas na CK Informática e Rede. "Quando iniciei a habilitação atuava em outra empresa, mas buscava algo que me trouxesse melhores rendimentos. Com o curso técnico, tripliquei meus conhecimentos, conquistei uma profissão, um bom emprego e salário maior".

Sócio proprietário da Doces Goianão, Márcio Gomide Júnior, de 33 anos, começou a trabalhar aos 12 anos na empresa da família, fundada em 1989. Aluno da primeira turma do curso técnico em alimentos da Escola Senai Vila Canaã, ele buscou na formação técnica uma maneira de se destacar como empreendedor. "A habilitação contribuiu para melhorar a qualidade dos nossos produtos, a investir em inovação e a trabalhar de maneira mais correta, de acordo com a legislação. Fazer o curso também mudou minha visão como empresário, passei a ficar mais crítico e atento ao processo de fabricação. Tudo isso contribuiu para aumentar nossa produção. "

No momento, Márcio se prepara para transferir a Doces Goianão para sua nova sede, em Goianira, a 30 quilômetros de Goiânia. A previsão é de que a nova fábrica seja inaugurada em meados de 2016. ■

"A HABILITAÇÃO CONTRIBUIU PARA MELHORAR A QUALIDADE DOS NOSSOS PRODUTOS, A INVESTIR EM INOVAÇÃO E A TRABALHAR DE MANEIRA MAIS CORRETA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO"

MÁRCIO GOMIDE JÚNIOR, *sócio proprietário da Doces Goianão*

INVESTIMENTO NO TRABALHADOR, RETORNO GARANTIDO

Planta da Sama em Minaçu: reservas medidas asseguram vida útil de pelo menos 60 anos para a exploração de amianto a céu aberto

Sama acumula 11 premiações entre as Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, assume liderança do ranking e figura pelo terceiro ano consecutivo entre as melhores da América Latina. Ações in loco do Sesi e Senai contribuem com conquistas da mineradora

Daniela Ribeiro

Há 30 anos, Georlando Oliveira Barreto iniciava a carreira profissional como estagiário da Sama Minerações, indústria de extração de amianto crisotila, localizada em Minaçu, no Norte goiano. Na época, ele trabalhava no reflorestamento da área da mineradora e fazia o curso técnico de Agropecuária, pago pela empresa. Até chegar ao cargo de analista de Qualidade e Meio Ambiente, que ocupa hoje, foram mais de 130 treinamentos, dois cursos técnicos, um superior e uma pós-graduação, todos oferecidos ou incentivados pela empresa.

A evolução profissional de Barreto é um exemplo de como as corporações têm se atentado para a importância de investir em profissionalização, bem-estar e qualidade de vida dos funcionários. A própria Sama acaba de conquistar a premiação Great Place to Work (GPTW) 2015 – da revista Época – como a melhor empresa para trabalhar no Brasil, na categoria Médias Empresas. Não por acaso, na mineradora de Minaçu, as instituições do Sistema Fieg, sobretudo Sesi e Senai, desenvolvem uma série de ações que promovem qualificação profissional, melhoria da vida e qualidade do trabalho dos colaboradores.

Aos 50 anos, Barreto não se sente apenas um simples funcionário: "Aqui me sinto importante, percebo que sou levado a sério e dessa forma sou motivado a crescer e desempenhar corretamente minhas funções. Sinto-me seguro para enfrentar novos desafios e coragem para atingir metas, propor e incentivar novas ideias, assumir riscos e solucionar problemas."

O sentimento de engajamento e motivação de Georlando e dos mais de 600 funcionários da Sama passou a ser percebido à medida que a empresa intensificava investimentos em seus colaboradores. Gerente de Recursos Humanos da mineradora, Moacyr de Melo diz que a indústria percebeu que o trabalhador se torna mais produtivo e feliz quando é valorizado e respeitado. "Investimos em vários programas voltados para a melhoria da qualidade de vida de todos os profissionais, conseguindo assim, alcançar e manter um ambiente de trabalho seguro e saudável à convivência profissional e social."

Celebração a cada recorde

Como resultado altamente positivo, a Sama já foi premiada 11 vezes na lista nacional das Melhores Empresas para Trabalhar no Brasil, figura pelo terceiro ano consecutivo entre as melhores da América Latina, ocupando a 6ª posição nos últimos dois anos, e agora é a melhor empresa para trabalhar no Centro-Oeste em 2015.

Na Sama, sempre que se bate um recorde de produção, o trabalho é interrompido durante 30 a 40 minutos para que todos os colaboradores possam comemorar. De acordo com o gerente de RH, toda vez que isso ocorreu a produção no final daquele dia ficou acima da média, mesmo com a interrupção do expediente. "O funcionário quer retribuir quando fazemos coisas como essa", explica.

O maior ganho para a Sama com o conceito de ser a melhor empresa para se trabalhar é atrair e reter talentos, afirma o gerente de RH. Segundo Moacyr, em 2015 a indústria tem colhido frutos ao bater recordes de produção e atingir o maior índice de satisfação do colaborador em pesquisa interna de clima organizacional, com nada menos do que 92,46%. Outro indicador positivo é a quantidade média/ano de permanência dos funcionários na empresa, que atualmente é de 10,5 anos, o que resulta, consequentemente, em baixa rotatividade no quadro de empregados, principalmente se tratando de uma mineradora, cuja atividade é caracterizada por alto turnover (taxa média entre admissões e desligamentos em relação ao efetivo médio em uma empresa).

Os melhores lugares para trabalhar

Com metodologia própria, o Great Place to Work estuda e identifica as "Melhores Empresas para Trabalhar", pesquisa anual baseada na avaliação do nível de confiança dos funcionários em cinco dimensões – credibilidade, respeito, imparcialidade, orgulho e camaradagem – e em nove práticas culturais de gestão de pessoas das empresas. Os resultados da pesquisa são extraídos a partir de questionário respondido pelos funcionários e um outro respondido pela empresa.

Sama Academia: empresa oferece aos funcionários opções de atividade física, o que ajuda a melhorar a saúde e prolongar sua permanência na mineradora

Pedro Melo

Em 2015, a pesquisa bateu recorde de inscrições, registrando mais de 1.500 empresas avaliadas, representando quase 2 milhões de funcionários nas categorias grande porte, médio porte – multinacionais e médio porte.

SAIBA MAIS SOBRE O AMIANTO

A Mina de Cana Brava, em Minaçu, controlada pela Sama, possui 2,7 quilômetros de extensão e um quilômetro de largura, com uma profundidade de cerca de 140 metros, dimensões que garantem as reservas para mais de 60 anos de extração a céu aberto – a movimentação anual de rocha é de aproximadamente 16 milhões de toneladas de minério e estéril para uma produção de 302 mil toneladas de crisotila. O minério extraído é da variedade crisotila, produto natural, com estrutura fibrosa e propriedades físico-químicas especiais, das quais se destacam a resistência ao calor e à tração, maciez, flexibilidade e fiabilidade.

Essas propriedades possibilitam utilização industrial ampla e diversificada, como nas indústrias de cimento-amianto, materiais de fricção e de tecelagem, papéis, papelões e filtros especiais. ***Fonte: www.sama.com.br***

Mina de Cana Brava, em Minaçu: produção de 302 mil toneladas de amianto crisotila por ano

Parceria rende bons frutos

"O Sesi e o Senai têm especial participação nos resultados positivos da empresa em relação à qualidade de vida de nossos colaboradores, pois contribuem e complementam, com talento, os benefícios oferecidos pela Sama na área de educação, esporte, lazer e atividades culturais, ficando evidente que essa é uma parceria de sucesso", afirma o gerente de Recursos Humanos da Sama Minerações, Moacyr de Melo.

O Senai desenvolve ações dentro da Vila Residencial Sama desde 1988. O Sesi chegou depois, há cerca de 23 anos, para ampliar o atendimento à mineradora, inicialmente por meio de ações e unidades móveis. A primeira instituição ministra cursos nas modalidades de aprendizagem, qualificação, aperfeiçoamento profissional, habilitação técnica e educação a distância, além de prestar serviços de assessoria e assistência técnica e tecnológica. Em 2015, o Senai realizou 5.903 matrículas na unidade.

Desde 2008, o Sesi gerencia a escola mantida pela mineradora, que atende filhos dos funcionários e alunos da comunidade. A unidade, que funciona dentro da vila residencial da indústria, oferece da educação infantil ao 3º ano do ensino médio, além de aulas de teatro, dança, pintura em tela e coral. Em 2015, 843 matrículas foram realizadas na educação infantil e 700 na educação continuada.

Em 2012, o Sesi agregou mais um serviço, ao inaugurar no local uma academia de ginástica, que conta hoje com 900 alunos matriculados.

Para o gerente de RH da indústria, além das atividades de esporte, lazer e cultura que são desenvolvidas pelo Sesi, a escola mantida pela Sama e administrada pela instituição é referência em qualidade em Minaçu. "O Senai também é, na Região Norte de Goiás, um polo de referência na formação de mão de obra técnica, que beneficia não só colaboradores, mas pessoas de diferentes comunidades, abrangendo 23 municípios", acrescenta.

***Moacyr de Melo Júnior, gerente de Recursos Humanos da Sama**: "Sesi e Senai têm especial participação nos resultados positivos da empresa em relação à qualidade de vida de nossos colaboradores. Essa é uma parceria de sucesso"*

Diretor da Unidade Integrada Sesi Senai Sama, em Minaçu, Josué Teixeira de Moura diz que o trabalho que as instituições fazem em parceria com a mineradora melhora seus indicadores, já que focam a qualidade de vida dos colaboradores e de suas famílias. "O funcionário vai trabalhar sabendo que seu filho está em uma boa escola, que sua família pode praticar várias atividades esportivas. Logo ele produzirá mais e com maior segurança." ■

Ações do Sesi e Senai na Sama em 2015

Educação

Sesi

- **843** matrículas na educação infantil
- **700** matrículas na educação continuada

Senai

- **5.903** matrículas realizadas em várias modalidades de ensino técnico

Saúde

- **Sesi Ginástica na Empresa** – **600** funcionários
- **Campanha de vacinação** – **1.200** pessoas vacinadas
- **Semana do Meio Ambiente, Saúde e Segurança e Qualidade de Vida** – **500** participantes
- Circuito Bem-Estar
- **Programa Vida Ativa** – conjunto de atividades físicas realizado nos clubes sociais do complexo residencial da Sama, que visa diminuir o sedentarismo e estimular a prática saudável de atividade física

Lazer

- **Festa do Trabalhador (1º de Maio)** – **10 mil** participantes entre colaboradores e comunidade de Minaçu
- **Festa junina** - **1.000** participantes – colaboradores da indústria e comunidade
- Colônia de férias
- **Apoio a eventos, festas de confraternização e comemorações** – **30** eventos por ano
- **Quadra de Talentos** – **160** alunos (escola de tênis)
- **Sesi Atleta do Futuro** – **230** alunos

SERVIÇO

Quer fazer como a Sama e levar os serviços do Sesi e Senai para dentro de sua indústria? Entre em contato pelo telefone: **(62) 3219- 1758**

Ladeira ABAIXO

Caldeira de pressão: crise no setor industrial arrasta a economia para baixo, enquanto consumo também entra em retração

Previsões apontam pelo menos dois anos de retração para a economia brasileira, mas debate sobre alternativas para sair da crise continua longe de consenso

Lauro Veiga Filho

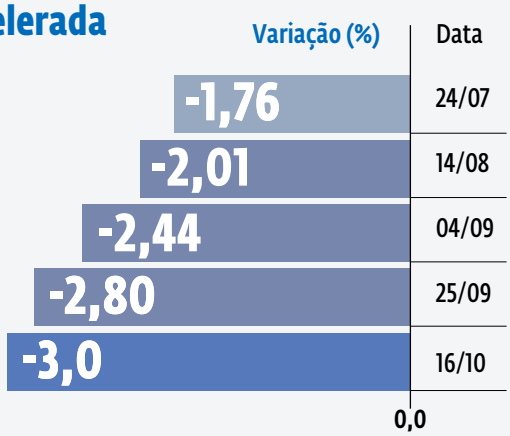
Em recessão desde o segundo trimestre do ano passado, segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a economia brasileira deve enfrentar neste ano seu pior momento. Segundo projeções de institutos de pesquisas, departamentos de economia do setor financeiro e consultorias independentes, a retração tende a variar entre 2,7% a 3,0% para o Produto Interno Bruto (PIB) esperado para 2015. É um cenário agravado pela crise política, temperada por investigações de corrupção, instabilidade no Congresso e perda do grau de investimento em recente decisão da Standard & Poor's (S&P), que forma, juntamente com a Moody's e a Fitch, o "trio dourado" das maiores agências globais de classificação de risco.

As previsões para o próximo ano continuam todas negativas, mas a expectativa é de perdas menos severas para a economia, o que poderia abrir perspectivas de alguma reação lá pelo final do ano que vem ou, mais possivelmente, por volta de 2017. Mas paira sobre a economia o risco ainda não descartado de um agravamento da crise política, com desdobramentos absolutamente incertos sobre a atividade econômica e sobre a disposição de investimento das empresas.

No campo das projeções, as diferenças estão no "depois da vírgula", numa demonstração de um certo consenso sobre o comportamento esperado para a atividade econômica neste e no ano seguinte, embora esse tipo de exercício de futurologia esteja sempre sujeito a chuvas e trovoadas. Segundo o Boletim Focus, publicado semanalmente pelo Banco Central (BC), numa coletânea das previsões do mercado financeiro sobre a economia, espera-se queda de 3% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e de 1,22% em 2016. Os departamentos de economia do Itaú BBA e do Bradesco projetam redução de 2,8% e de 2,7% para 2015, respectivamente, e de 1,2% e 1,0% em 2016, enquanto a LCA Consultores espera retração de 3% neste ano e recuo perto de 1,0% no próximo ano, segundo Fernando Sampaio, sócio e diretor de macroeconomia da consultoria.

Deterioração acelerada

*(Previsões do mercado para o **PIB** neste ano mostram expectativas crescentemente negativas)*



Fonte: Boletim Focus

Os pontos de concordância não passam daqui. As diferenças começam pelo diagnóstico sobre as origens da crise econômica e se aprofundam, portanto, em relação às medidas necessárias para enfrentar a retração. Isso torna um consenso nessa área ainda distante, senão impossível até aqui, com a contaminação do debate econômico pelo clima beligerante em vigor na arena política e pelo distanciamento teórico entre os principais nomes nessa discussão.

Como avanço, a agenda desse debate passou a incluir os primeiros questionamentos à política de juros altos, com destaque para seus efeitos fiscais e sobre a atividade econômica, ao produzir despesas financeiras crescentes, maior endividamento do setor público, frear a demanda e travar investimentos numa fase já de recessão.

O "efeito câmbio"

Nas medições feitas pelo Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre), as causas externas explicariam algo como apenas um terço da retração na economia brasileira. Países com maior dependência de exportações, a exemplo de Chile e Peru, para ficar na região, devem ter, entre 2013 e 2016, desempenho melhor na média, com taxas médias de crescimento anual entre 3,1% e 4,2%, de acordo com estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), trabalhadas pelo Ibre. No caso brasileiro, a estimativa é de crescimento médio limitado a 0,7% em igual período.

Na avaliação de Fernando Sampaio, da LCA, o processo de perda de dinamismo da economia começa em 2011, detonado pela combinação de causas diversas. "As mudanças no ambiente global, sobretudo a desaceleração da demanda chinesa por commodities, contribuíram para uma desaceleração da atividade econômica em toda a América Latina, grande exportadora deste tipo de mercadoria", observa ele.

Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), os termos de troca, que "medem" a relação entre preços dos produtos exportados e dos importados pelo País, experimentam deterioração desde setembro de 2011, influenciados particularmente pela

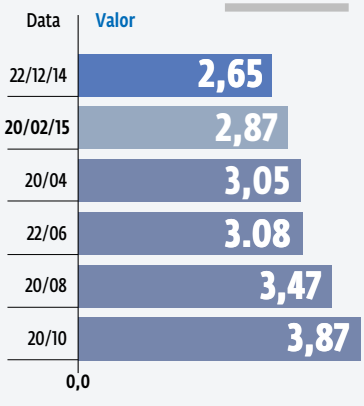
Perda de valor: relação entre preços de bens importados e exportados pelo País vem se deteriorando desde setembro de 2011

queda intensa nos preços de exportação em função da expressiva concentração da pauta brasileira em commodities. Até agosto deste ano, os termos de troca haviam mergulhado em queda de 22,4% sobre os valores médios observados em 2011, retomando níveis de 2006 e praticamente 13,2% mais baixo do que em agosto de 2014. A queda nos termos de troca corresponde a um "empobrecimento" relativo do País frente aos países que exportam bens e mercadorias para cá, numa transferência de renda para fora do Brasil via preços de importação relativamente mais elevados.

De acordo com Sampaio, a desaceleração brasileira de fato foi mais intensa e desde o segundo trimestre do ano passado se tornou recessão, sob influência também de fatores domésticos. "A apreciação progressiva do câmbio, que começou a ser revertida só a partir de meados de 2012, foi minando a competitividade da produção industrial, já prejudicada por fatores sistêmicos como as deficiências de infraestrutura e a carga tributária", afirma ele.

A escalada do dólar

(Cotação média, em R$)



Fonte: Banco Central

Demanda sob pressão: economia enfrenta piora no ritmo de criação de empregos e queda real de rendimentos

Impacto recessivo

Ao mesmo tempo em que o câmbio valorizado consumia a competitividade da indústria, levando a um processo de desindustrialização precoce da economia, "a pujança do consumo foi sendo erodida", retoma Fernando Sampaio. Inicialmente, segundo ele, devido aos níveis mais elevados de comprometimento da renda das famílias com o pagamento de dívidas e, na sequência, "pela piora no ritmo de criação de empregos e de crescimento dos rendimentos do trabalho", culminando, neste ano, "com expressivo fechamento de vagas e relevante queda real dos rendimentos".

A fraca demanda e, mais importante, a ausência de perspectivas de uma retomada derrubaram progressivamente a confiança empresarial a partir de 2013, refletindo ainda o "risco de racionamento de energia", a adoção de "medidas de política econômica que repercutiram mal" e um "forte aumento da incerteza política" deflagrado pela "onda de manifestações populares de junho de 2013".

Desde o ano passado, relembra Sampaio, "um novo ingrediente passou a pesar sobre a confiança" dos empresários, identificado no risco de perda do grau de investimento. Esse, por sua vez, reflexo "do rápido aumento da dívida pública resultante do esforço de estimular a atividade econômica e moderar a inflação por meio de mecanismos que oneraram o Tesouro (como as compensações ao setor elétrico pelos prejuízos incorridos e a capitalização de bancos públicos), combinado ao desempenho frustrante da arrecadação de tributos".

Os meses finais de 2014 registraram uma inflexão na política econômica rumo a um ajuste fiscal, como tentativa de evitar a perda do grau de investimento pelas agências de risco, mas com "impacto recessivo direto". A todos esses fatores, prossegue Sampaio, somou-se o agravamento da incerteza política, prologando e aprofundando a tendência de retração do investimento privado.

Investimentos encolhem

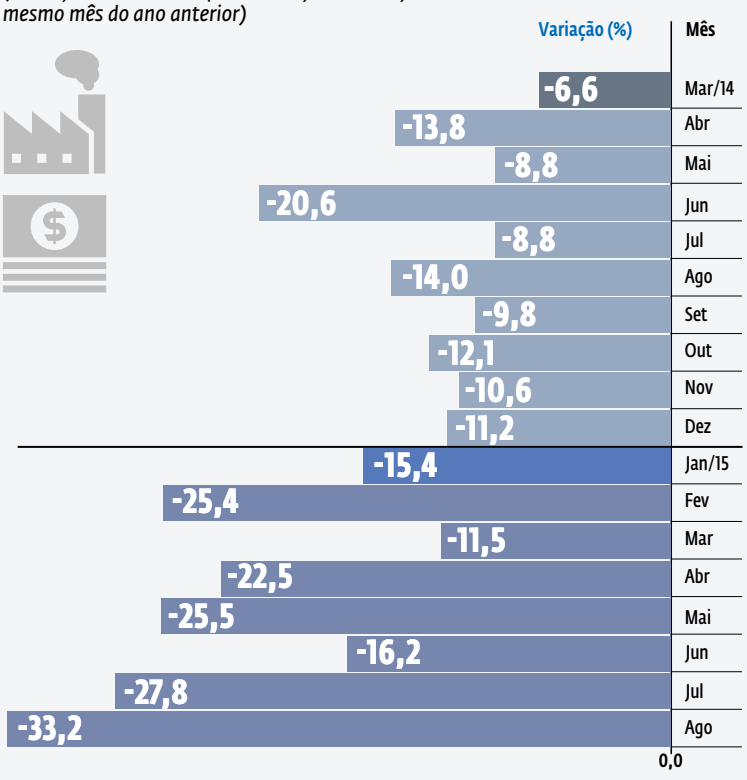
A baixa expectativa empresarial nos últimos anos em relação ao desempenho futuro da economia, a escalada do custo do crédito e os efeitos do ajuste fiscal, sobretudo sobre os investimentos públicos, sustenta o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), determinam curva descendente para o investimento em geral e, mais grave, em escala crescente. "O problema é que esse recuo (...) sinaliza para um prolongamento da crise brasileira", aponta o instituto.

Em sua avaliação, o Iedi argumenta que a importação de bens de capital vem em queda desde o ano passado e havia acumulado retração de 17,5% no período entre janeiro e setembro deste ano em relação ao mesmo intervalo de 2014, depois de despencar 30,7% apenas em setembro. Paralelamente, a produção de bens de capital, que já havia sofrido diminuição de 9,2% em 2014, caiu 22,4% no acumulado entre janeiro e agosto deste ano, na comparação igualmente com o mesmo período de 2014, de acordo com números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"A aceleração da queda dos investimentos é geral, ou seja, ela ocorre nos diferentes ramos produtores de bens de capital. Ainda segundo o IBGE, neste ano, a produção de bens de capital para agricultura recuou 20,5% e 19,8%, respectivamente, no primeiro e segundo trimestres deste ano, com relação a igual período do ano anterior", reforça o Iedi. A mesma tendência é observada para os bens de capital destinados aos setores de transporte (-24,7% e -26,8%), construção (-24,2% e -41,4%), energia (-7,9% e -22,1%), uso misto (-16,6% e -20,5%) e para a indústria (-0,6% e -6,5%), sempre no primeiro e segundo trimestres frente a iguais períodos de 2014.

Dezoito meses de queda

(Produção de bens de capital, variação em relação ao mesmo mês do ano anterior)



Fonte: IBGE

Melhora apenas relativa

O ritmo de queda do PIB parece ter se arrefecido no terceiro trimestre deste ano e diversos fatores tendem a contribuir para retração mais contida ao longo de 2016, amenizando, mas não revertendo, a recessão, avalia o sócio-diretor da LCA Consultores, Fernando Sampaio, que prevê queda de 1% no próximo ano. Entre aqueles fatores, o economista registra a melhora no regime de chuvas, que, aliada à forte queda da demanda, deverá "tirar de cena o temor de racionamento de energia" e a menor influência do processo de queima de estoques no setor produtivo, que vem ajudando a derrubar o PIB neste ano.

Além disso, prossegue Sampaio, a inflação deverá experimentar recuo significativo, já que não espera novo "tarifaço" da energia elétrica, que contribuirá para elevar a taxa para quase 10,5% neste ano. Nessa mesma linha, os preços da gasolina e do diesel, assim como dos transportes coletivos, já passaram por alinhamento neste ano, fato que também não deverá se repetir em 2016.

Nas áreas fiscal e monetária, retoma o consultor, o "arrocho" não deverá se repetir com a mesma intensidade observada neste ano, especialmente no caso dos juros, que podem iniciar trajetória de baixa em algum momento ao longo do próximo ano. Na área cambial, com o real acumulando até o começo de outubro

desvalorização de quase 33,3% frente ao dólar, Sampaio acredita que "os efeitos benéficos do ganho de competitividade propiciado pelo câmbio deverão se manifestar mais claramente" também em 2016. "O risco maior nesse prognóstico parece residir num eventual prolongamento, ou mesmo agravamento, do quadro de incerteza política", pondera ele.

De fato, comenta ainda, o câmbio mais desvalorizado "é dos poucos aspectos, hoje, favoráveis à atividade econômica", embora o nível elevado das incertezas continue inibindo ou adiando decisões empresariais motivadas pela forte mudança cambial. "Ainda assim, essas decisões aos poucos devem se materializar, traduzindo-se em substituição de importações e aumento de exportações de manufaturados. Mas não cabe esperar um salto das exportações, porque o comércio internacional tem crescido pouco", analisa.

***Energia**: não há perspectiva de novo "tarifaço", o que pode ajudar a conter a inflação em 2016*

Informações estratégicas em tempo real para o agronegócio

Cotações de Bolsas, moedas (dólar/euro), indicadores financeiros, índices econômicos, taxas de juros, estatísticas correntes, previsões climáticas e muito mais, alimentando o seu computador, smartphone, tablet, sistema ERP, site e intranet.

Informativos exclusivos, preços físicos e notícias de SAFRAS & Mercado, a consultoria líder do agronegócio brasileiro.

Solicite uma demonstração gratuita

CMA

safras &mercado

Tel.: (11) 3053-2712
marketing@cma.com.br

CAMINHOS ALTERNATIVOS CONTRA A CRISE

As propostas sobre a mesa incluem nova política monetária, com juros mais baixos, câmbio ajustado e agenda para retomar a eficiência na economia

As possibilidades de retomada sustentada do crescimento no Brasil têm sido invariavelmente associadas por economistas identificados com um pensamento econômico mais conservador a dois fatores básicos: a capacidade de reequilibrar as contas públicas, incluindo no debate a necessidade de reestruturação da modesta rede de proteção social inaugurada pela Constituição de 1988, e a redução mais duradoura da inflação.

Fernando Sampaio, da LCA: juros contribuem para derrubar receitas e criar despesas, que acabam sendo compensadas com maior endividamento

Na linha de frente da crise: indústria pesada tem sido um dos setores mais afetados pelo retrocesso econômico

Juros explicam 63,6% do aumento da dívida pública interna entre agosto de 2014 e o mesmo mês deste ano

Variáveis	Em bilhões de reais
Dívida em agosto/2014	2.075
Dívida em agosto/15	2.552
Aumento da dívida	476,86
Contribuição dos juros no período	303,47

Fonte: Banco Central

O agravamento da crise, na esteira de prolongado período de depreciação do real e de persistente política de arrocho ao crédito, com juros extravagantemente elevados, tem estimulado o surgimento de propostas alternativas. Elas reafirmam a necessidade de estabilizar os preços, mas levam em conta também o impacto dos juros sobre as finanças do setor público e seus efeitos sobre o nível de endividamento dos governos, além de avançar na direção de projetos para estimular a produtividade e a eficiência da economia. Esse é o único caminho para voltar a crescer e redistribuir a renda, na visão do economista Luiz Guilherme Schymura, diretor do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A política de juros altos afeta o equilíbrio das contas públicas por duas vias, afirma Fernando Sampaio, da LCA Consultores. Primeiro, ao inibir o crédito "e, portanto, a atividade econômica, prejudicando a arrecadação de impostos, que cai de forma dramática em 2015". A outra via, ao gerar despesas que precisam ser compensadas seja por geração de superávit primário, que vem murchando em função das perdas de receita dos governos, seja por aumento da dívida pública.

No acumulado entre janeiro e agosto deste ano, a soma dos resultados dos governos regionais (Estados e municípios) e da União, incluindo as estatais, levou a um déficit primário de R$ 1,105 bilhão (0,03% do PIB do período, na contabilidade do Banco Central), saindo de um saldo positivo de R$ 10,205 bilhões em igual período de 2014. Houve deterioração nos resultados fiscais, influenciado muito mais pelo impacto da retração da atividade econômica sobre a arrecadação de impostos.

Um grande problema está na conta dos juros. Esse tipo de gasto experimentou salto de nada menos do que 104,7% na comparação com os oito meses iniciais de 2014, saltando de R$ 165,3 bilhões (4,57% do PIB) para R$ 338,3 bilhões, o que representou algo como 8,85% de todas as riquezas produzidas pela economia brasileira entre janeiro e agosto deste ano, sempre na estimativa do BC. Isso significa que todo o setor público brasileiro teve de desembolsar R$ 173,1 bilhões a mais (perto de 4,5% do PIB) somente para enfrentar o aumento do gasto com juros.

A dívida pública mobiliária federal interna apresentou crescimento de 23% desde agosto do ano passado, avançando de R$ 2,075 trilhões (perto de 37,6% do PIB) para R$ 2,552 trilhões (44,5% do PIB), num acréscimo de R$ 476,86 bilhões. Mas, no mesmo período, as emissões líquidas de títulos (ou seja, a contratação de nova dívida pelo governo federal) somaram apenas R$ 188,18 bilhões. Quase dois terços do aumento da dívida deveram-se à apropriação de juros no valor de R$ 288,66 bilhões.

© 2011 Marcos Issa/Argosfoto

***Yoshiaki Nakano**: grupo de economistas sugere conjunto de medidas para reconstruir a indústria e retomar o crescimento*

Um projeto de "reindustrialização"

Um grupo de economistas e empresários, reunidos sob a coordenação do professor e diretor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (EESP-FGV), Yoshiaki Nakano, elaborou um conjunto de propostas para promover a "reindustrialização" do País. O estudo é lastreado em nova política de juros, mais ajustados à realidade internacional, novos mecanismos de gestão da dívida pública, reduzindo as operações compromissadas e extinguindo a possibilidade de "zeragem" automática da posição dos bancos no mercado aberto, câmbio competitivo, com fim do poder do Banco Central (BC) de definir a política cambial.

O cardápio inclui, ainda, redução de tarifas de importação, já que o câmbio mais favorável passaria a estimular a competividade dos produtos brasileiros, um ajuste fiscal efetivo (ainda não detalhado pelo grupo), desoneração integral de investimentos produtivos e das exportações. E mais: criação de um fundo alimentado com parte das receitas obtidas nas vendas externas de commodities, o que serviria para evitar pressões de baixa sobre o câmbio de forma a não comprometer o equilíbrio macroeconômico sugerido.

O regime cambial proposto pelo autointitulado "Grupo Reindustrialização" fixaria um piso para o dólar, que poderia ser correspondente a R$ 3,60 em valores do segundo trimestre deste ano, evitando a volatilidade da taxa cambial, como forme de "estimular a geração de valor agregado local e ampliar significativamente as exportações de produtos industrializados". Um conselho específico, semelhante ao Conselho Monetário Nacional (CMN), sustenta ainda o grupo, assumiria o papel de estabelecer o novo regime e formular a política para o câmbio, cabendo ao BC apenas sua execução, ao contrário do que ocorre hoje.

DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO SOMA R$ 3,743 TRILHÕES, DOS QUAIS R$ 1,515 TRILHÃO RODAM NO MERCADO EM OPERAÇÕES DE CURTÍSSIMO PRAZO

Nas medidas sugeridas pelo grupo, a gestão da dívida pública deveria ser submetida a uma reforma radical. Isso envolveria a extinção de títulos pós-fixados, que permitem ao mercado financeiro escapar dos efeitos da política de aperto monetário, o fim da rolagem automática no mercado aberto e redução do gigantesco volume das operações compromissadas entre o BC e o mercado financeiro (que consistem na venda de títulos públicos, com remuneração pela taxa básica de juros, sob compromisso de recompra pela autoridade monetária). Essa prática, na visão do grupo, elimina riscos para bancos e investidores e esvazia o impacto da política de juros altos sobre o mercado financeiro, tornando-a inócua e obrigando o BC à prática de juros crescentemente elevados.

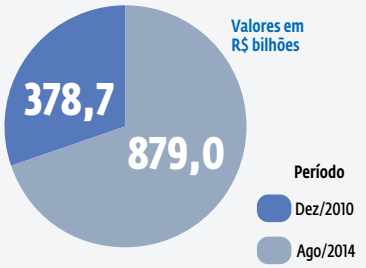
Mais de um quarto do PIB

A "zeragem automática" permite que os bancos tenham sua posição devedora, ao final de cada dia, refinanciada pelo Banco Central automaticamente, sem riscos. No caso inverso, quando há sobras de recursos, o BC vende títulos e recolhe o dinheiro excedente no mercado, com compromisso de recomprá-lo mais adiante (geralmente a prazos curtíssimos). Nessa operação, paga juros equivalentes à taxa Selic (os juros básicos, hoje fixados em 14,25% ao ano), mais um prêmio de risco, como se o País vivesse permanentemente em hiperinflação, na descrição do professor Yoshiaki Nakano.

As distorções geradas por esse sistema de gestão da dívida são imensas. O estoque de operações compromissadas no mercado atingia R$ 851,63 bilhões em agosto deste ano, algo próximo a 14,9%

O avanço do cassino financeiro

Negociações diárias com títulos públicos no overnight crescem ***132%*** *em três anos e oito meses*



Fonte:

do PIB, com prazo médio de vencimento de apenas 27 dias. Os títulos do Tesouro com vencimento em até 12 meses, por sua vez, somavam R$ 663,33 bilhões no mesmo período (perto de 11,6% do PIB). Acumulados, os valores sobem para R$ 1,515 trilhão, representando 40,46% de toda a dívida bruta do governo geral (R$ 3,744 trilhões) e 26,4% de todas riquezas produzidas pelo País em 12 meses.

Nesse cenário, quanto mais altos os juros, maiores os ganhos no mercado financeiro, retirando efetividade da política monetária. A redução no valor daquelas operações, com o consequente alongamento nos prazos de vencimento dos títulos, abriria espaço para a redução dos juros, sem afetar a política de controle da inflação.

O alvo preferido dos cortes

Observado de forma agregada, o desempenho fiscal do governo central (incluindo as contas do Tesouro, do Banco Central e da Previdência Social) parece desanimador aos olhos dos setores que reclamam ajuste vigoroso e rápido, como forma de deter o avanço da relação entre dívida pública e o PIB, reconquistar a confiança do empresariado e retomar o crescimento em algum ponto num futuro que se espera não muito distante. Afinal, em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, o governo deixou para trás um superávit primário – a "poupança" feita apenas e exclusivamente para pagar juros – de R$ 5,72 bilhões entre janeiro e agosto do ano passado para um déficit de R$ 13,68 bilhões, algo como 0,36% do PIB estimado para os primeiros oito meses do ano (em torno de R$ 3,825 trilhões).

Na verdade, houve esforço relevante para segurar despesas, acertar gastos que haviam sido deixados para trás em 2014, por conta das famosas "pedaladas", e tentar reequilibrar as contas. Sempre em valores atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a despesa primária total (novamente, sem incluir o gasto com juros) recuou 2,1% no acumulado até agosto, passando de R$ 728,6 bilhões nos oito meses iniciais de 2014 para R$ 713,05 bilhões, num corte de R$ 15,59 bilhões, correspondente a 0,41% do PIB.

Mas o impacto da crise e do aperto monetário sobre a atividade derrubou a receita líquida com vigor muito maior, fazendo a arrecadação despencar em quase R$ 35,0 bilhões no mesmo período (0,91% do PIB), para R$ 699,37 bilhões, o nível mais baixo desde 2010, sempre no acumulado janeiro-agosto. Sem os cortes, mantidas as despesas nos mesmo

Distorções na política monetária: como uma fornalha, operações de curtíssimo prazo torram recursos que poderiam ser destinados a outros setores

níveis do ano passado, o rombo teria sido 114% maior, aproximando-se de R$ 29,3 bilhões (0,77% do PIB).

O tamanho do esforço realizado pode ser avaliado quando se leva em conta que o governo regularizou pagamentos no total de R$ 16,86 bilhões entre janeiro e agosto desde ano, aproximadamente 0,44% do PIB, relacionados à equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e outros subsídios e subvenções, repasses ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e compensações em atraso para a Previdência fazer frente à desoneração da folha de salários concedida a 56 setores da economia. Descontados esses acertos, as demais despesas aproximaram-se de R$ 696,2 bilhões, recuando 4,5% em termos reais, numa redução de R$ 32,45 bilhões (0,85% do PIB, aproximando-se do tombo registrado pela receita líquida.

O alvo preferido dos cortes

Observado de forma agregada, o desempenho fiscal do governo central (incluindo as contas do Tesouro, do Banco Central e da Previdência Social) parece desanimador aos olhos dos setores que reclamam ajuste vigoroso e rápido, como forma de deter o avanço da relação entre dívida pública e o PIB, reconquistar a confiança do empresariado e retomar o crescimento em algum ponto num futuro que se espera não muito distante. Afinal, em termos reais, ou seja, já descontada a inflação, o governo deixou para trás um superávit primário – a "poupança" feita apenas e exclusivamente para pagar juros – de R$ 5,72 bilhões entre janeiro e agosto do ano passado para um déficit de R$ 13,68 bilhões, algo como 0,36% do PIB estimado para os primeiros oito meses do ano (em torno de R$ 3,825 trilhões).

AS DESPESAS DE CUSTEIO COM A MÁQUINA ADMINISTRATIVA FEDERAL BAIXARAM DE R$ 34,6 BILHÕES EM 2014 PARA R$ 33,7 BILHÕES NOS 12 MESES ENCERRADOS EM AGOSTO DESTE ANO

Na verdade, houve esforço relevante para segurar despesas, acertar gastos que haviam sido deixados para trás em 2014, por conta das famosas "pedaladas", e tentar reequilibrar as contas. Sempre em valores atualizados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a despesa primária total (novamente, sem incluir o gasto com juros) recuou 2,1% no acumulado até agosto, passando de R$ 728,6 bilhões nos oito meses iniciais de 2014 para R$ 713,05 bilhões, num corte de R$ 15,59 bilhões, correspondente a 0,41% do PIB.

Mas o impacto da crise e do aperto monetário sobre a atividade derrubou a receita líquida com vigor muito maior, fazendo a arrecadação despencar em quase R$ 35,0 bilhões no mesmo período (0,91% do PIB), para R$ 699,37 bilhões, o nível mais baixo desde 2010, sempre no acumulado janeiro-agosto. Sem os cortes, mantidas as despesas nos mesmo níveis do ano passado, o rombo teria sido 114% maior, aproximando-se de R$ 29,3 bilhões (0,77% do PIB).

O tamanho do esforço realizado pode ser avaliado quando se leva em conta que o governo regularizou pagamentos no total de R$ 16,86 bilhões entre janeiro e agosto desde ano, aproximadamente 0,44% do PIB, relacionados à equalização de juros do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) e outros subsídios e subvenções, repasses ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e compensações em atraso para a Pre-

TESOURADAS FISCAIS

(Despesas primárias do governo central, em R$ bilhões atualizados com base na inflação até agosto deste ano)

Gastos	Jan-ago 214	Jan-ago 2015	Variação (%)
Total	**728,64**	**713,05**	**-2,10**
Pessoal e encargos	156,71	154,13	-1,65
Programas sociais*	179,62	164,17	-8,6
Discricionárias	144,34	132,41	-8,3
Investimentos	59,60	37,40	-37,2

(*) Incluem despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), renda mensal vitalícia e gastos discricionários com saúde, desenvolvimento social e educação

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN)

***Medidas de "ajuste"**: cortes atingem também subvenção ao programa Minha Casa Minha Vida*

vidência fazer frente à desoneração da folha de salários concedida a 56 setores da economia. Descontados esses acertos, as demais despesas aproximaram-se de R$ 696,2 bilhões, recuando 4,5% em termos reais, numa redução de R$ 32,45 bilhões (0,85% do PIB, aproximando-se do tombo registrado pela receita líquida.

Ajuste não poupa programas sociais

Os investimentos foram mais atingidos pelos cortes, mas a tesoura alcançou também as despesas discricionárias (de livre provimento pelo governo) e não poupou sequer os programas sociais, bandeira principal do governo instalado em Brasília. Sem a Previdência, mas incluindo programas de assistência social, mais as despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), que contemplam o seguro-desemprego, e os gastos discricionários com saúde, desenvolvimento social e educação, a despesa total com programas sociais baixou de R$ 179,62 bilhões para R$ 164,17 bilhões, numa redução real de 8,6% (equivalente a 0,4% do PIB ou R$ 15,46 bilhões).

O investimento do governo central, por sua vez, despencou 37,2% na mesma comparação, encolhendo de quase R$ 59,60 bilhões para menos de R$ 37,40 bilhões, o que significou R$ 22,20 bilhões a menos (0,58% do PIB). O total das despesas discricionárias sofreu redução pouco superior a R$ 11,93 bilhões, caindo 8,3% (de R$ 144,34 bilhões para menos de R$ 132,41 bilhões, o menor valor para o período desde 2012).

Da mesma forma, as despesas administrativas de custeio sofreram baixa de 7,5%, saindo de R$ 15,30 bilhões para R$ 14,18 bilhões em valores atualizados. No acumulado em 12 meses até agosto deste ano, esse tipo de gasto retornou aos níveis de 2011.

Golpe no Sistema "S"

Entre os dias 14 de setembro e 2 de outubro, o governo federal anunciou dois pacotes com medidas de ajuste para a área fiscal, incluindo proposta de enxugamento do número de ministérios costurada muito mais com o objetivo de assegurar uma base política apoio ao Palácio do Planalto no Congresso e enfrentar a turbulência na área política do que para produzir efeitos mais relevantes sobre as contas públicas.

No primeiro caso, as medidas trariam ganho estimado em R$ 64,9 bilhões entre corte de despesas e aumento de receitas, suficiente, na avaliação da equipe econômica para assegurar superávit primário de R$ 34,4 bilhões no próximo ano, perto de 0,7% do PIB. No segundo, a economia esperada alcançará apenas R$ 200 milhões por ano, incluindo a redução no número de ministérios de

39 para 31, corte de 10% nos salários da presidente e dos ministros, diminuição em 20% nos gastos de custeio e de contratos com terceiros, venda de imóveis da União, corte de 3 mil dos 23 mil cargos comissionados e limites para gastos com telefone, passagens e diárias.

O pacote prevê menores gastos com subvenções ao programa Minha Casa, Minha Vida e com a política de garantia de preços mínimos, remanejamento de recursos das emendas parlamentares e outras providências. Em medida polêmica, a equipe propôs a realocação de 30% das receitas do chamado Sistema "S" (Sesi, Senai, Sebrae, Sesc, Senac, Senar, Sescoop, Sest e Senat), correspondendo a R$ 6 bilhões que passariam a financiar contribuições previdenciárias. Uma parcela do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) destinado ao sistema, em contrapartida, seria suspensa temporariamente em igual proporção.

Em acordo com o setor, ficou acertado que 25% das receitas previstas para todo o sistema no próximo ano deverão ser realocadas para os ministérios da Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, Agricultura, Pecuária e Abastecimento e ainda para a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii). No caso da Confederação Nacional da Indústria (CNI), os cortes deverão somar R$ 1,8 bilhão. Foi recusado o uso de recursos do Sesi para financiar benefícios tributários a empresas que investem em tecnologia e inovação, previstos na Lei do Bem, o que significaria um desembolso próximo a R$ 1,8 bilhão.

Ameaça à qualificação

"Em sua sanha arrecadadora, o governo federal demonstra claramente não ter limites nem criatividade para ajustar as contas públicas", afirma o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, ao criticar os cortes propostos pelo governo federal no orçamento do Sistema S. Criado com recursos do setor privado ainda durante a chamada Era Vargas (1930-1945), o sistema respondeu, apenas na área da indústria, pelo desenvolvimento de uma rede de educação profissional "que já formou mais de 65 milhões de trabalhadores no País em mais de seis décadas de atuação", sustenta Pedro Alves.

Segundo ele, o Senai tornou-se "o melhor complexo de educação profissional do mundo" e, neste ano, "foi o grande vencedor da WorldSkills, a olimpíada mundial de profissões técnicas que ocorre de dois em dois anos e reuniu estudantes de mais de 60 países em São Paulo".

Em Goiás, prossegue Pedro Alves, Sesi e Senai atuam nos principais polos produtivos, mantendo uma estrutura que inclui 32 unidades e núcleos fixos e 18 unidades móveis, atendendo a indústrias em Goiânia e Aparecida de Goiânia, Anápolis, Minaçu, Niquelândia, Rio Verde, Quirinópolis, Mineiros, Catalão, Itumbiara e Barro Alto, entre outros. No ano passado, as duas instituições "marcaram presença em 196 do total de 246 municípios goianos (quase 80%), levando cursos e atividades nas áreas de educação, saúde, lazer e responsabilidade social", acrescenta o presidente da Fieg. Na formação de mão de obra, o Senai bate ano a ano recorde de matrículas para atender ao avanço da indústria e formar candidatos ao primeiro emprego. Apenas no ano passado, "foram 213.836 profissionais qualificados para o mercado de trabalho", aponta Pedro Alves.

De olho só no curto prazo

A equipe também propõe a recriação da polêmica Contribuição Provisória Movimentação Financeira (CPMF), com alíquota de 0,2%, para financiar o rombo da Previdência, estimando-se arrecadação anual ao redor de R$ 60 bilhões. Adicionalmente, foi sugerido o aumento do Imposto de Renda sobre ganhos de ca-

Pedro Alves de Oliveira: *cortes ameaçam "o melhor complexo de educação profissional do mundo"*

pital no caso da venda de bens com valor superior a R$ 1,0 milhão, que deverão ser submetidos a alíquotas progressivas, conforme o valor do bem, entre 15% a 30%.

A necessidade de produzir ajuste rápido e de curto prazo tem feito a equipe econômica, até por ausência de clima político para isso, deixar de lado as discussões sobre medidas para tornar o sistema tributário mais justo e progressivo, atingindo, por exemplo, um dos focos que torna o IR mais injusto. Os números de 2014 da Receita Federal (ano-base 2013) mostram que o alto nível de isenção do imposto sobre lucros e dividendos recebidos pelas pessoas físicas tem contribuído não apenas para produzir maior concentração das riquezas, como vem distorcendo a cobrança do IR, penalizando especialmente a classe média.

Naquele período, nada menos do que R$ 372,0 bilhões referentes a lucros e dividendos recebidos pelas pessoas físicas não foram submetidos à tributação. Estavam isentos do IR. Caso fosse retomada a tributação registrada nos anos 1990, com alíquota de apenas 15%, a preços de 2013, a arrecadação alcançaria R$ 55,8 bilhões em 12 meses, perto de 0,96% do PIB, praticamente o valor da CPMF e suficiente para atender à meta de superávit primário prevista para o próximo ano.

A agenda da eficiência, novo desafio

O desempenho medíocre da produtividade dos trabalhadores numa fase marcada por avanços na escolaridade e por "salto de cidadania econômica", explicado em grande parte pelo aumento da renda, mas também pelo avanço do crédito e pela expansão dos programas sociais, na visão do economista Luiz Guilherme Schymura, exposta no número de setembro da revista Conjuntura

Marcelo Camargo/Agência Brasil

Schymura, da FGV: *produtividade para de crescer numa fase de avanço da escolaridade e maior inclusão econômica*

Econômica, da FGV, comporta algumas explicações, assim como provoca certa perplexidade.

Recorrendo a dados do também economista Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), Schymura lembra que as produtividades chinesa e coreana, que eram idênticas à brasileira nos anos 1980, hoje são, respectivamente, dez e três vezes maiores. Mas os salários cresceram, em termos reais, a partir da primeira metade da década passada, processo só interrompido pela crise neste ano.

Para Schymura, uma explicação possível estaria num "ambiente internacional favorável", com liquidez abundante e alta nos preços das commodities, gerando, num momento seguinte, melhora nos termos de troca. A hipótese trabalhada pelo economista contempla, adicionalmente, o aquecimento no setor de serviços, alavancado pela renda mais alta da população e pela inclusão de milhões de pessoas no mercado, abrindo espaço para a elevação dos salários nesta área e puxando os rendimentos no restante da economia. "Este fenômeno, por sua vez, uniu-se a políticas sociais agressivas e a uma rápida expansão de crédito, criando o grande surto de consumo popular que continuava a se intensificar até recentemente", escreve Schymura.

Daqui para frente, não será possível prosseguir na distribuição de renda e na inclusão sem "enfrentar o desafio da eficiência e, em consequência, da produtividade", observa o economista. O desafio é complexo, lembra ele, terá de incluir o setor de serviços, que responde por 70% do PIB e por 63% do total de trabalhadores, e ainda não foi integralmente compreendido e muito menos mapeado. "A agenda da produtividade apenas começa a ser focalizada e priorizada (...). Abre-se todo um campo para novos diagnósticos e soluções, cuja adoção pode trazer resultados tão surpreendentes quanto a virulência da crise que ora atinge a economia brasileira", resume Schymura. ■

MISSÃO, EUROPA

Tour europeu atrai investimentos e produz estreitamento nas relações políticas e comerciais do Estado com cinco entre as principais economias europeias

Marcos Villas Boas

Marconi Perillo e Pedro Alves de Oliveira analisam projeto de instalação de um showroom goiano no porto de Antuérpia, na Bélgica

O balanço final da missão conjunta promovida pelo governo goiano e o setor produtivo do Estado, sob comando da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), com participação ainda do Sebrae Goiás, incluiu a atração de novos investimentos para Goiás. D6estaque para o projeto de instalação no Estado de mais nova planta da holandesa Heineken no País, acordos de cooperação econômica e tecnológica e a perspectiva de uma aproximação mais estreita com cinco das principais economias europeias – Espanha, Alemanha, Bélgica, Holanda e Itália.

Realizada nas duas semanas finais de outubro, a missão percorreu ainda alguns dos principais centros de produção de conhecimento e de tecnologia daqueles países e os mais importantes polos logísticos do continente europeu, incluindo de Roterdã, na Holanda, Antuérpia e Liège, na Bélgica. Numa agenda extensa, foram realizados quatro grandes seminários de negócios bilaterais, 48 audiências oficiais com autoridades públicas, organizações empresariais e universidades.

Como um dos primeiros resultados concretos do esforço diplomático desenvolvido pela missão goiana, no dia 9 de novembro, em solenidade realizada no Palácio das Esmeraldas, o presidente da Heineken no Brasil, Didier Debrosse, e o governo do Estado firmaram protocolo de intenções prevendo investimento de R$ 650 milhões para a construção de uma planta da cervejaria holandesa em Itumbiara, com capacidade para 3,6 milhões de hectolitros, prevendo-se a geração de 650 empregos diretos e indiretos.

A unidade, que responderá por mais de dois terços dos investimentos totais programados pela multinacional holandesa para o Brasil até 2018, num total de R$ 1,0 bilhão, servirá de base para atender aos mercados do Centro-Oeste, Nordeste e de Minas Gerais. Inicialmente, as linhas da nova planta produzirão cervejas das marcas Heineken, Kaiser, Radler, Sol Premiun, Bavaria e Desperados. O projeto já vinha sendo analisado pela fabricante holandesa há pouco mais de 18 meses, que levou em consideração a abundância de água, a forte presença do sistema Sesi/Senai e a infraestrutura de transportes na região.

Em reunião oficial da missão com a alta direção da

Heinenken, na sede da companhia, em Amsterdam, na Holanda, Perillo apresentou Goiás como "ponto mais estratégico para distribuição, a região mais beneficiada quanto à tributação com um ambiente econômico mais preparado para a produção". No mesmo encontro, Pedro Alves de Oliveira, presidente da Fieg, discorreu detalhadamente sobre toda a estrutura de formação, capacitação e treinamento de pessoal do sistema, incluindo a rede de escolas e laboratórios do Sesi/Senai, cobrindo praticamente todo o Estado e mais especificamente a sua porção sul, onde está localizada a cidade de Itumbiara.

Líder mundial em Anápolis

Também no dia 9 de novembro, o grupo alemão Gerresheimer, líder mundial na produção de embalagens para o setor farmacêutico, assinou protocolo de intenções para instalar em Anápolis sua quarta unidade no Brasil, num investimento de R$ 50 milhões e previsão para início de operação entre 2017 e 2018. A companhia, que opera em mais de 40 países na Europa, América do Norte, América do Sul e Ásia, com receitas de quase 1,29 bilhão de euros em 2014 e mais de 11 mil funcionários, havia recebido visita da missão empresarial goiana em outubro. As negociações com o grupo, que deverá receber incentivos do Produzir, foram iniciadas há aproximadamente um ano e meio.

Condecoração belga

Na Bélgica, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, foi homenageado com a condecoração "Officier de l'Ordre de Léopold", entregue pelo ministro belga do Comércio Exterior, Pieter de Crem, e conferida pelo rei Philippe da Bélgica. O governador de Goiás, Marconi Perillo, recebeu o título de Commandeur de L'Ordre de la Couronne (Comendador da Ordem da Coroa), igualmente concedido por ordem do rei belga.

De acordo com o embaixador da Bélgica no Brasil, Josef Smets, os títulos reafirmam a relação já duradoura e estreita entre Goiás e Bélgica, que, segundo ele, experimenta "dinâmica notável" neste momento. "O que me traz aqui é um dever, um prazer e uma honra ao mesmo tempo. Por ordem de sua majestade, o rei Philippe, reconhecer seu papel de destaque no reforço às relações econômicas bilaterais entre a Bélgica e o Brasil", declarou o ministro de Crem.

Uma das mais elevadas condecorações do país, a Ordem de Leopoldo foi criada em 11 de julho de 1832 e é atribuída por atos de bravura em combate ou por serviços prestados à nação belga. Pedro Alves declarou que o título é um reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelo Sistema Fieg e pelos sindicatos do setor para consolidar a indústria em Goiás e criar condições para sua expansão também fora do País.

Logística e infraestrutura

O segundo maior porto da Europa, na cidade belga de Antuérpia, terá espaço permanente para a exposição de empresas goianas e de seus produtos, numa iniciativa conjunta do governo de Goiás, da Fieg e do Sebrae Goiás. Dedicado principalmente a micro e pequenas empresas, o showroom tornará possível a internacionalização de empresas de pequeno porte, que respondem por 27% do PIB brasileiro e representam 95% das empresas goianas, sustenta o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira.

Em outra iniciativa, a Fieg promoverá, em data ainda a ser agendada, um encontro entre empresários alemães e goianos para discutir oportunidades de investimento e a criação de uma aliança nacional logística, tomando como referência a experiência da Alemanha nesta área, que ajudou a colocar o país no centro do mapa logístico europeu, consolidando sua economia como a mais importante do continente. ■

Presidente da Fieg, Pedro Alves recebe do ministro belga Pieter de Crem condecoração concedida pelo rei Philippe da Bélgica

COMO TORNAR SUA ENERGIA MAIS BARATA

Especialistas mostram caminhos para empresas aprimorar a gestão energética e conseguir reduções de custos que podem chegar a 43%

O aumento do custo da energia entre o segundo trimestre do ano passado e o mesmo período deste ano, segundo acompanhamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), respondeu por um quinto da elevação acumulada pelos custos industriais no período, numa alta de quase 60%. Incluindo impostos e encargos, a fatura de energia, em alguns casos, chegou a mais do que dobrar no intervalo de um ano. Os reflexos são "muito negativos" sobre a competitividade do setor produtivo, afirma Célio Eustáquio de Moura, presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra) e do Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado de Goiás (Sindcel).

Sob pressão, a indústria tem buscado soluções para reduzir o peso da energia elétrica em sua estrutura de custos, recorrendo a programas de eficiência energética e a alternativas que permitam baratear a conta. Isso inclui, de acordo com ele, a migração para o mercado livre de energia e ainda a autoprodução. Todas essas possibilidades foram debatidas durante o workshop Redução do Custo com Energia Elétrica, promovido pelo Coinfra, em parceria com a Fieg e o Senai Goiás, no início de novembro na Casa da Indústria.

A implantação de programas de eficiência energética nas empresas pode trazer economias que variam de 12% a quase 30% no consumo de energia e, portanto, na fatura, dependendo do porte da empresa e seu estágio de desenvolvimento tecnológico. O cálculo é do coordenador da área de Serviços de Tecnologia e Inovação do Senai Goiás e interlocutor regional da Rede Senai de Renováveis e Soluções Energéticas, Paulo Takao Okigami, palestrante no workshop.

Uma boa gestão da energia começa pela gestão eficiente da fatura, equilibrando a demanda contratada e o consumo efetivo, o que elimina desperdícios, numa ponta, e ainda evita que a empresa tenha de retornar ao mercado para contratar cargas adicionais. A introdução de novas tecnologias, com instalação de equipamentos, motores, sistemas de iluminação, refrigeração e rede elétrica mais eficientes, sob o ponto de vista do consumo de eletricidade, também está no cardápio de sugestões do engenheiro do Senai. Mas sua aplicação deverá estar condicionada a diagnósticos detalhados sobre os fluxos de materiais e de produtos e sobre o consumo de energia, assim como na identificação de perdas, detalha Okigami.

Soluções para todas as empresas

O Senai Goiás está preparado para oferecer às empresas assessoria e consultoria, envolvendo um pacote de soluções customizadas, destinadas a racionalizar o uso da energia, planejar o consumo segundo as necessidades e reduzir seu custo.

***Célio Eustáquio de Moura, em workshop na Casa da Indústria**: escalada dos custos da energia elétrica compromete competitividade da economia*

Dependendo dos programas escolhidos e do tamanho do investimento exigido, o retorno pode ocorrer num intervalo entre 6 e 10 meses, em projetos que envolvam mudanças nos sistemas de iluminação e nos motores, variando de 10 a 20 meses em projetos mais amplos, que vão exigir troca de equipamentos e de sistemas.

A ALTA DA ENERGIA

(Indicadores de custos com energia, série dessazonalizada. Índice base 100 = média 2006)

Período	Índice
06/2015	180,20
06/2014	125,70
06/2013	116,80
06/2012	127,90
06/2011	122,30
06/2010	115,30
06/2009	108,70
06/2008	106,60
06/2007	103,80
06/2006	99,60

Fonte: CNI

Mercado desregulado

Depois de "arrumar a casa", sugere Paulo Okigami, o empresário pode planejar a migração para o ambiente de contratação livre. Segundo Alessandro de Brito Cunha, da BC Energia, trader do setor elétrico, a mudança do ambiente regulado para o mercado livre permite cortar entre 5% e 25% no preço da energia elétrica pago pelas empresas, especialmente em função da redução pela metade da tarifa de uso do sistema de distribuição, encargo que compõe o custo da eletricidade.

A redução aplica-se à energia gerada a partir de fontes renováveis, com potência instalada não superior a 30 megawatts, incluindo centrais geradoras eólicas, termelétricas a biomassa e usinas de fonte solar, além de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). No mercado cativo, a tarifa de uso da rede de distribuição responde por 27% do custo final da energia, enquanto os impostos consumem outros 34%.

***Paulo Takao Okigami**: empresas devem "arrumar a casa", em primeiro lugar, buscando racionalizar consumo e reduzir desperdícios*

Para aderir ao mercado livre de energia e usufruir da redução na tarifa de distribuição, as empresas devem apresentar demanda mínima de 500 quilowatts e tensão mínima de 2,3 quilovolts. O ambiente desregulado exige das empresas melhor gestão da energia, pois erros de planejamento podem custar caro.

Outra possibilidade

No caso de empresas com consumo de ponta muito elevado, a aplicação combinada de programas de eficiência energética, migração para o mercado livre, uma correta gestão tarifária, observando os períodos de pico de demanda, e autoprodução a partir de fontes solar, de biomassa ou de pequenas centrais hidrelétricas, podem trazer redução de até 43% nos custos da energia consumida, avalia Alessandro de Brito Cunha, da BC Energia. A geração distribuída, aquela que acontece mais próxima dos mercados de consumo, aponta Carlos Divino Barbosa da Cunha, da BC Serviços, outra empresa do Grupo Brito Cunha, deve ser considerada como alternativa para suprir a demanda e evitar a ocorrência de déficits no suprimento.

De acordo com ele, o autoprodutor de energia recebe isenção no recolhimento do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e também dos encargos setoriais do mercado elétrico. Desde 7 de outubro deste ano, acrescenta Barbosa, o segmento está isento igualmente de contribuições ao PIS e à Cofins.

As perspectivas parecem promissoras para a produção de energia solar, diante da queda nos custos de instalação. Lá fora, o custo médio por watt-pico (Wp), unidade de medida utilizada para painéis fotovoltaicos e que corresponde à potência máxima que um painel pode fornecer em condições ideais, desabou de US$ 76,67 nos anos 1970 para apenas US$ 0,35. No Centro-Oeste, as plantas fotovoltaicas registram preço médio de R$ 7,30 por watt, ainda elevado, mas igualmente em queda ao longo do tempo.

O investimento em placas fotovoltaicas, lembra Barbosa, contribui para manter constante o custo da energia em um mercado de preços crescentes, "melhorar a imagem corporativa, economizar na conta com a concessionária (já que o autogerador pode "jogar" a energia excedente na rede e acumular créditos para abater na fatura) e melhorar a classificação tarifária da empresa", com redução de custos. ■

***Alessandro de Brito Cunha**: combinação de soluções pode trazer economia de até 43% para empresas com alta demanda de ponta*

DIÁLOGO DA TERCEIRIZAÇÃO

Ministro do TST considera que aprovação de projeto que regulamenta a contratação de serviços de terceiros pelas empresas "é irreversível"

A aprovação do projeto de lei que regula contratos de prestação de serviço a terceiros e as relações de trabalho geradas pela terceirização, em tramitação no Senado, "é um processo irreversível", afirmou Guilherme Augusto Caputo Barros, ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), durante palestra realizada na sede da Fieg. A apresentação do ministro fez parte da primeira edição do seminário Diálogo da Terceirização, iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da própria federação goiana e do Sindicato dos Empregados em Empresas de Prestação de Serviços a Terceiros, Colocação e Administração de Mão de Obra, Trabalho Temporário, Leitura de Medidores e Entrega de Avisos do Estado de São Paulo (Sindeprees).

"O projeto vai sair e, melhor ainda, será aprovado com a consciência de que vai servir aos principais atores sociais nesse processo, que são os empresários e os trabalhadores", reforçou Caputo. Além do ministro, participaram do evento o ex-deputado federal Sandro Antônio Scodro Mabel, autor do projeto e também presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), Genival Beserra, presidente do Sideprees, e Rafael Lara Martins, presidente do Instituto Goiano do Direito do Trabalho (IGT).

Ao abrir o seminário, o presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, defendeu que empresários e trabalhadores superem seus antagonismos e trabalhem em conjunto para enfrentar a crise e retomar o crescimento econômico. O projeto que regulamenta a terceirização, a seu ver, pode contribuir nessa direção, ao estimular a especialização e o desenvolvimento tecnológico, promovendo a eficiência, sem burocracia, o incremento de produtividade e a melhoria de competitividade. "Devemos aproveitar as oportunidades, mesmo em época de crise, com trabalho e produção. Temos um grande país e precisamos fazer desse país uma nação", afirmou.

***Guilherme Caputo Bastos**: "O projeto vai sair e, melhor ainda, será aprovado com a consciência de que vai servir aos principais atores sociais nesse processo"*

***Pedro Alves de Oliveira**: regulamentação vai contribuir para aumentar a produtividade e trazer maior competitividade para a economia*

Clima quente nas cortes

"Nunca entendi toda a problemática criada em torno dos contratos de prestação de serviços", declarou o ministro Guilherme Caputo. Segundo ele, a terceirização "juridicamente, é tão simples e não é uma novidade", já que está prevista em artigos do Código Civil e da própria Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). No âmbito do tribunal, prosseguiu o ministro, as sessões têm sido tensas, com discussões "bastante acaloradas" em torno do tema, já que a maioria dos ministros entende que projeto da terceirização subtrai direitos e torna mais precárias as relações de trabalho.

"Li e reli o projeto umas 200 vezes", exagera Caputo, para em seguida enfatizar seu ponto de vista. "Desconheço um trabalhador do meio rural ou urbano que tenha a proteção que o projeto assegura. Meus colegas fazem afirmações sem base científica alguma. Se há erros, vamos corrigir o que está errado. Mas, particularmente, já que a legislação não faz esse tipo de restrição, acredito que o empresário pode terceirizar tudo, desde que se responsabilize por isso", argumentou Caputo.

Defensor intransigente da negociação coletiva, o ministro afirmou ainda que a Constituição já trata exaustivamente dos direitos do trabalhador, assim como da livre iniciativa empresarial. "As empresas querem (a terceirização), os trabalhadores querem, mas a Justiça do Trabalho e o Ministério Público não querem", disse.

Um dos pontos polêmicos, que chegou a fazer parte do projeto, o veto à terceirização de divisões ou setores da empresa relacionadas à sua atividade fim poderia inviabilizar a terceirização, conforme concebida na proposta em tramitação no Senado. Para Caputo, não há precedentes nos julgamentos do TST e mesmo acórdãos que tratem da distinção entre atividade fim e atividade meio. "Desafio qualquer um a definir o que seja uma e outra, porque não há como fazer essa delimitação", provocou o ministro.

"Projeto de proteção ao terceirizado"

Entre os 21 artigos do projeto, que ganhou a denominação PLC 30/2015 no Senado, "18 cuidam da proteção ao trabalhador, 2 tratam das empresas e o último prevê que a lei entrará em vigor na data de sua publicação", declarou o empresário Sandro Mabel, autor da proposta original aprovada pela Câmara em abril deste ano. Na verdade, acrescentou ainda, "este é um projeto de proteção ao trabalho terceirizado", que define a especialização como norma para a contratação de serviços de terceiros e "acaba com 'gatos' e com precarização dos terceirizados".

Equivocadamente, apontou o presidente do Sindeprees, Genival Beserra, a terceirização tem sido confundida com o trabalho informal e escravo, lembrando que o sindicato desenvolve um trabalho de longo prazo para tentar regularizar a situação dos terceirizados no País. "Começamos esse trabalho em 1997 porque já tínhamos a visão de que a terceirização precisava ser reconhecida", complementou. Segundo ele, o objetivo é "consolidar uma legislação na qual o trabalhador esteja protegido e tenha seus direitos garantidos. Trabalho no qual ele possa se especializar e ter maiores salários, maior garantia de emprego e dignidade."

O presidente do IGT, Rafael Lara Martins, considerou, por sua vez, que o processo de terceirização já é uma realidade consolidada e não uma proposta a ser acatada. "Temos um projeto de lei que reconhece essa realidade e vai proteger o trabalhador terceirizado, além de eliminar a insegurança jurídica para as empresas", reforçou. Ele acredita que promover esse diálogo é a melhor maneira de conscientizar a sociedade sobre os mitos e verdades relacionados ao assunto e chamou a responsabilidade para as entidades sindicais patronais. "Os sindicatos precisam se mobilizar e caminhar juntamente com a Fieg. Sem a participação de cada empresário, não conseguiremos mudar o cenário", alertou. ■

a: *entre outros pontos, proposta reduz insegurança jurídica nas relações de trabalho*

PARA GOSTOS BRASILEIROS, AMERICANOS, MEXICANOS...

A Pimenta Mendez moderniza suas linhas, lança novos produtos e parte para ofensiva nos mercados dos Estados Unidos, do México e do Paraguai

A cozinha experimental da já tradicional Pimenta Mendez, fabricante de molhos, cremes e conservas da mesma marca, desenvolve os testes finais para colocar no mercado, até o final deste ano, meia dúzia de novos produtos em uma fornada só. Em junho, a empresa lançou o molho Mendez Chipotle, um tipo de pimenta seca, de origem mexicana, e não deve parar por aí, segundo Rafael de Oliveira Mendes, sócio administrador e criador da empresa.

A fábrica, instalada no setor Jamil Miguel, em Anápolis, numa área construída de 1,4 mil metros quadrados, deverá receber a maior parte de um investimento de R$ 4 milhões programado para este ano. O projeto inclui a instalação de novos equipamentos, totalmente automatizados, estoques e renovação da área de plantio próprio, em Corumbá. A plantação, que produz pimentas da variedade Jalapeño, também mexicana, vai suprir 40% da necessidade de matéria-prima da empresa, de acordo com Mendes.

A linha Chipotle, afirma ele, deverá permitir que a empresa comece a exportar parte de sua produção para a Flórida, nos Estados Unidos. "Estamos negociando vendas também com os mercados do México e do Paraguai. Em nossa visão, esperamos abrir uma filial nos EUA em três ou quatro anos, com produção local diante das grandes possibilidades oferecidas por aquele mercado", comenta Mendes. Os planos de expansão da empresa, criada em 2005 e tornada formal quatro anos depois, vêm sendo impulsionados desde a associação com o Grupo Scodro, controlador da GSA Alimentos, formalizada em maio do ano passado, com a transferência de dois terços do capital da Pimenta Mendez.

Com capacidade para processar 8 mil frascos por hora, empregando 20 pessoas no setor de produção, a empresa trabalha com 25 distribuidores exclusivos e representantes em praticamente todos os Estados do País, com exceção para o Rio Grande do Sul, ainda fora de sua área de cobertura. "Nosso mercado principal está em Goiás e no Distrito Federal. Exploramos o segmento de food servisse, fornecendo diretamente para restaurantes, incluindo Coco Bambu e Madero, entre outros, bares, padarias e redes de varejo", destaca Mendes. O portfólio da empresa inclui o molho cremoso de pimenta Mendez tradicional, carro-chefe do negócio, em embalagens de 50, 80 e 450 mililitros, o molho de pimenta suave, para paladares mais delicados, a linha Hot Pepper, em vidros de 100 gramas, além da Mendez Biquinho, servida como aperitivo em frascos de 300 gramas. ■

Rafael Mendes e seus produtos: *planos incluem a instalação de uma filial nos EUA em três ou quatro anos*

SENAI E IEL DOMINAM POP LIST / *Humberto Oliveira (IEL), Wilson de Oliveira, presidente da Fieg em exercício, e Paulo Vargas (Senai) recebem o troféu Pop List. Pela 8ª e 3ª vez consecutiva, respectivamente, Senai e IEL mantiveram, este ano, a liderança no ranking do Pop List Goiânia como instituições de educação profissional e de encaminhamento de estágio mais lembradas pela população. Pesquisa de mercado realizada anualmente pelo Instituto Verus para o jornal O Popular, o estudo mede o grau de fixação na mente do consumidor das marcas de produtos e empresas de diversos segmentos econômicos. A premiação foi entregue no fim de outubro, em festa no Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB.*

NEXUS SHOPPING & BUSINESS / *Ilézio Inácio, diretor da Consciente Construtora e Incorporadora, e Júnior Friboi, da JFG Empreendimentos, diante de maquete do Nexus Shopping & Business, complexo multiuso de negócios e serviços que será construído no coração de Goiânia: na Avenida D, esquina com a Avenida 85 e Rua 143-A, no Setor Marista. Com projeção de movimentar R$ 550 milhões, será um dos maiores investimentos privados em execução no Centro-Oeste e no País nos próximos quatro anos em um empreendimento com mais de 136 mil metros quadrados de área construída.*

SHOPPING A CÉU ABERTO / *Primeiro de três empreendimentos que a NL Negócio Imobiliários, empresa do Grupo José Alves, vai inaugurar em regiões estratégicas de Goiânia, unindo conceito de centro de conveniência e serviços, o Perimetral Open Mall* (maquete) *foi lançado no início de novembro. Um shopping a céu aberto, alia conforto, praticidade e segurança numa das regiões de maior adensamento da capital goiana e ainda carente por serviços, comércio e alimentação, na Avenida Perimetral Norte. Com obras praticamente finalizadas, o Perimetral Open Mall será inaugurado no primeiro trimestre de 2016 em área de 20 mil metros quadrados e está interligado ao câmpus das Faculdades Alfa. Além do Perimetral Open Mall, a NL Negócios Imobiliários lançará, até 2017, os empreendimentos República Street Mall, na Avenida República do Líbano, e o Piodoze Street Mall, na Avenida Pio XII.*

*O presidente da Fieg, **Pedro Alves**, participa do lançamento do Perimetral Open Mall, ao lado de **José Alves**, presidente do Grupo José Alves e da Adial Brasil, e de **Pedro Bittar**, do Movimento Goiás Competitivo*

João Carlos

■ **HONRA AO MÉRITO** / *Coordenadora de eventos do Sistema Fieg, Lusmair Pinheiro recebe do presidente da Câmara de Goiânia, Anselmo Pereira (esquerda), e do vereador Paulo Magalhães, diploma de Honra ao Mérito, durante sessão especial em homenagem do Legislativo aos cerimonialistas e profissionais de eventos. "Esse reconhecimento é muito importante. O mérito vem para aqueles que trabalham, se esforçam, fazem com amor e dedicação, e se superam a cada dia para alcançar o seu objetivo", diz a homenageada.*

Antônio Silva

■ **DEBUT** / *Além de casamentos, festas de 15 anos terão mais opções de vestidos dos sonhos. O estilista e empresário Fernando Peixoto inovou com sua indústria de vestidos de noiva, que atende Brasília e Goiânia. Em desfile em outubro, realizado em seu ateliê, no Setor Marista, ele lançou a coleção Début Collection 2016, de vestidos de debutantes inspirados na realeza para vestir debutantes como "princesa por um dia". Na foto, Elisângela Silva, Fernando Peixoto e Patrick Noronha posam ao lado de modelo durante o desfile.*

João Carlos

■ **QUITANDEIROS** / *Os empresários Aderbal e Lindevalda Borges, irmãos e proprietários da A&W Foods (Biscoito Goiano), lançaram em Goiânia novidade importada do Paraguai: a Xippa. Ela chegou ao mercado este mês junto com e-commerce, ao lado dos biscoitos gaúcho, mineiro, frito e francês. A fábrica da dupla, fundada no Jardim Novo Mundo em 2005 e inaugurada recentemente também em Trindade, contabiliza sucessos como o pão francês congelado e o pão de queijo tradicional, temperado e na versão light. O total de 57 produtos congelados atende padarias, consumidor final e deve ser exportado em 2016.*

■ **PISCINA** / *Com patrocínio da Fábrica de Telas Paulista, de Goiânia, Felipe Reis, de 15 anos, vice-campeão brasileiro de natação nos 200 metros borboleta, treina forte, no Clube Sesi Antônio Ferreira Pacheco, em Goiânia, na preparação para vitórias em competições Brasil afora. Ele é um dos campeões da Equipe Gama, que elevou o nível da natação infanto-juvenil em Goiás. Quem tem sido parceiro e "coruja" a cada medalha é o avô do rapaz, Geraldo Fonseca, empresário pioneiro na fabricação de telas no Estado.*

■ **MÚSICA NO MERCADO DA VILA NOVA** / *Animado com a volta do happy hour com chorinho ao Centro de Goiânia, agora com palco na Rua do Lazer – em substituição ao Grande Hotel, na Rua 3 –, o empresário Jureno de Aquino, fundador da Fujison, fábrica goianiense de equipamentos musicais, aposta para 2016 na abertura de novo espaço para música, com a revitalização do Mercado Municipal da Vila Nova, na Praça Boaventura. "Ali também deve virar point cultural, com palco de música sertaneja", revela o empresário, na foto com o músico Fausto Noleto, durante show da banda Granfieira, na estreia do chorinho na Rua do Lazer.*

■ **ACESSÓRIOS FINOS** / *As irmãs Tâmara e Renata Brossmann (Tâmara Acessórios), no lançamento da coleção Helena, de acessórios finos, em desfile de abertura do evento Inesquecível Casamento Week Goiânia, dia 14 de outubro, no espaço Memoratto. Na passarela, brilharam criações como coroas, grinaldas, véus, rosários, brincos, braceletes, anéis e chapelaria completa. A marca goiana comemora dois anos de mercado.*

■ **HOMENS DO AÇO** / *João Bento de Morais Filho divide-se entre atividades políticas em Petrolina de Goiás, onde é prefeito, e empresariais em Trindade, no comando da JK Equipamentos e Montagens, ao lado dos filhos Sócrates e Alexander. Fundada há 20 anos, a empresa, que tem filial em Valinhos (SP) e é certificada com a ISO 9001, tornou-se referência em Goiás e no Brasil no fornecimento de equipamentos de aço inox (esteiras, tanques, misturadores) para linhas de produção dos setores alimentícios, sucroalcooleiro, frigoríficos e farmoquímica.*

■ **CAVALGADA** / *A Mecat Filtrações, de Attilio Turchetti, em Abadia de Goiás – multinacional com filiais em Bebedouro (SP), e em Orlando, na Flórida, nos Estados Unidos – virou ponto de concentração para largada, recentemente, de tradicional cavalgada de mulas e cavalos da raça quarto-de-milha, puxada pelo filho do empresário, Marco Aurélio. A quarta edição do evento incluiu show sertanejo, na Chácara Santa Cruz, além de apresentação de berrante, com Rayana Carina (foto), criadora de cavalos quarto-de-milha em Trindade.*

SIMELGO

HONRA AO MÉRITO / *A nona edição da Medalha de Honra ao Mérito Ministro Aquino Porto, promoção do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás (Simelgo), foi realizada em setembro, no auditório Daniel Viana na Casa da Indústria. Sete personalidades* (foto) *receberam a comenda: Aldemi Pereira da Silva (Ortomed), Cardec Mateus Lúcio (Nathusa), Cláudio Henrique de Oliveira (Fieg), João Alves de Sales (Metalplan), João Evangelista (J. Evangelista), Sílvio de Sousa Naves (Goyaço) e Valéria Mastrela de Freitas (Audiofix).*

PASSADO E FUTURO / *Para o presidente do Simelgo, Hélio Naves, é importante olhar para o futuro, mas também contemplar os feitos do passado. "Aquino Porto foi um líder importantíssimo para indústria goiana e é necessário que outros líderes do presente e do futuro sigam seus passos de inovação, vanguarda e determinação. Por esse motivo, homenageamos nossos empresários que, assim como Aquino Porto, lutam pelo desenvolvimento industrial de Goiás", salienta.*

SIAEG

CONTRATAÇÕES CAEM PELA METADE / *As contratações temporárias da indústria de alimentos em Goiás neste final de ano deverão sofrer queda de 50%, segundo o presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), Sandro Mabel. O encarecimento dos insumos e as incertezas geradas pela política econômica, na sua visão, "provocaram uma recessão jamais vista". As famílias sofrem com o desemprego e redução de salário e temem o que pode estar por vir, afirma Mabel. "Todo esse clima afeta o consumo e, consequentemente a produção. Nossa expectativa para este Natal não é nada boa. A indústria, assim como todo o setor produtivo, está com o pé no freio. Estamos fazendo o máximo para conter demissões. As contratações temporárias serão feitas, de forma contida, à medida que o mercado responder", observa ainda.*

SINDICEL

ANEL VIÁRIO / *O presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Urbano da Fieg (Condur), Ilézio Inácio, e o presidente do Conselho Temático de Infraestrutura da Fieg (Coinfra) e do Sindicato da Indústria da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado de Goiás (Sindcel), Célio Eustáquio de Moura, receberam representantes da Basitec e Triunfo Concebra para tratar do anel viário de Goiânia, em reunião na Casa da Indústria.*

SIFAEG/SIFAÇUCAR

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL / *O presidente executivo e o presidente do conselho administrativo do Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás e Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás (Sifaeg/Sifaçucar), André Rocha e Otávio Lage de Siqueira Filho, participaram como palestrantes da 15ª Conferência Internacional Datagro sobre Açúcar e Etanol, realizada em setembro, no Grand Hyatt Hotel, em São Paulo* (foto). *Os temas em pauta foram: balanço oferta-demanda de açúcar no mercado mundial; custo de produção no Brasil e mundo; mercado mundial de etanol e açúcar; finanças e serviços; a visão de analistas sobre o futuro do setor; entre outros.*

SIGEGO

ASSEMBLEIA GERAL / *O Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado de Goiás (Sigego) realizou assembleia geral extraordinária no final de setembro para tratar da convenção coletiva de trabalho da categoria, em sua nova sede, no Edifício Pedro Alves de Oliveira.*

Jorge Metne

SINDIQUÍMICA

ESTATUTO DA PEQUENA EMPRESA / *O presidente do Conselho das Micros e Pequenas Empresas (Compem) e do Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás (Sindquímica), Jaime Canedo, participou, em setembro, de reunião com as presenças do superintendente do Sebrae, Igor Montenegro, do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira, do deputado estadual pelo PSD Virmondes Cruvinel Filho, além de representantes de entidades do comércio, dos contadores e do governo. Na pauta, as alterações no projeto do Estatuto da Microempresa Empresa de Pequeno Porte, em tramitação na Assembleia Legislativa.*

PROJETO / *O presidente do Sindquímica, Jaime Canedo, empresários do setor, contadores e corretores de seguros reuniram-se em outubro com o secretário de Indústria e Comércio Ciência e Tecnologia de Aparecida de Goiânia, Ralph Vicente, para apresentação do projeto de Manual de Procedimentos para o Fiscal e Empresa em Ato de Fiscalização, fundamentado nas RDCs 47 e 48.*

PALESTRAS DO SEBRAE / *Empresas associadas ao Sindquímica assistiram às palestras Sustentabilidade nas Empresas e Entendendo Custos, Despesas e Preço de Venda, promovidas pelo Sebrae em outubro, no Edifício Pedro Alves de Oliveira. Os participantes receberam noções sobre como reduzir custos e cortar despesas, aumentar a lucratividade com aplicação de práticas sustentáveis.*

AULA INAUGURAL / *O Sindquímica, em parceria com o Instituto Qualitec, iniciou em setembro o treinamento em Boas Práticas de Fabricação (BPF), conforme exigência dos regulamentos técnicos de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes (RDC 48) e de Boas Práticas de Fabricação para Produtos Saneantes (RDC 47). O curso terá 12 módulos, com quatro encontros mensais, e duração de seis meses. Jaime Canedo, presidente do Sindquímica, abriu a aula inaugural e destacou a importância da aplicação correta de normas e diretrizes instituídas pelos órgãos reguladores.*

SINDIFARGO

MISSÃO DE NEGÓCIOS / *O presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Heribaldo Egídio, integrou a missão de negócios à América do Sul* (foto), *liderada pelo vice-governador e secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, José Eliton, e pelo presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira. A primeira etapa do roteiro foi no Peru. Depois, a comitiva goiana foi para a Colômbia cumprir mais uma etapa de uma movimentada agenda de encontros com representações políticas e empresariais dos dois países, com o objetivo de estreitar laços comerciais. Durante os encontros, Heribaldo Egídio divulgou as potencialidades da indústria farmacêutica de Goiás que, hoje, produz cerca de 30% dos medicamentos consumidos no Brasil.*

FIEG ANÁPOLIS

NOVAS DIRETORIAS – 1 / *Cinco dos seis sindicatos das indústrias abrigados na Fieg Regional Anápolis empossaram suas novas diretorias, em ato festivo realizado no final de agosto, no salão da Igreja São Francisco de Assis* (foto). *O evento contou com a presença do presidente da Fieg, Pedro Alves de Oliveira; do prefeito João Gomes; do superintendente de Indústria e Comércio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento, Victor Hugo Queiroz, entre outras autoridades.*

NOVAS DIRETORIAS – 2 / *Entre os empossados, quatro presidentes foram reconduzidos aos cargos: Wilson de Oliveira, do SindAlimentos; Jair Rizzi, do Siva; Robson Peixoto, do Simmea, e Laerte Simão, do Sindicer/GO. O empresário Anastácios Apostolos Dagios foi eleito para presidir o Sicma, substituindo Álvaro Otávio Dantas Maia.*

PARTICIPAÇÃO / *O presidente da Fieg Regional Anápolis, Wilson de Oliveira, destacou a importância da direção do Sesi/Senai trazer para a base a discussão, a fim de que os sindicatos e a própria regional possam colaborar com sugestões que contribuam com a melhoria do EBEP. Além de Oliveira, participaram da reunião Anastácios Apostolos Dagios (Sicma), Robson Peixoto Braga (Simmea), Jair Rizzi (Siva), Laerte Simão (Sindicer/GO) e Marçal Henrique Soares (Sindifargo).*

CORTES DE RECURSOS / *A Fieg Regional Anápolis e sindicatos filiados marcaram presença no debate sobre cortes de recursos do Sistema "S", em evento realizado pela Associação Comercial e Industrial de Anápolis (Acia), com palestra ministrada pelo presidente da federação, Pedro Alves de Oliveira* (foto). *Ele chamou atenção dos empresários para o que chamou de uma verdadeira "apropriação indébita" que o governo pretende fazer com o dinheiro recolhido das empresas e repassado ao sistema.*

EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL / *A Fieg Regional Anápolis reuniu, em setembro, todos os presidentes de sindicatos para debater com o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas, e sua equipe, as mudanças no programa Educação Básica articulada com Educação Profissional (EBEP). Essas mudanças, que vigoram a partir de 2016, decorrem da necessidade de adequação à realidade orçamentária das instituições. A intenção foi buscar o apoio das lideranças sindicais para sua implementação.*

LICENCIAMENTO AMBIENTAL / *Em setembro, foi realizada em Brasília reunião conjunta dos conselhos de Assuntos Legislativos e de Meio Ambiente na Confederação Nacional da Indústria, tendo como pauta o Projeto de Lei 3.729/04, que versa sobre mudanças na legislação que rege o licenciamento ambiental. Participaram do encontro, como representantes da Fieg, Wilson de Oliveira, vice-presidente da federação e presidente da Regional Anápolis; Heribaldo Egídio, presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), e o presidente executivo da entidade, Marçal Henrique Soares; Pedro Silvério, representante da Fieg no Conselho de Meio Ambiente da CNI; Elaine Farinelli, assessora técnica do Conselho Temático de Meio Ambiente da Fieg* (foto).

SINDALIMENTOS

QUALIFICAÇÃO DE PANIFICADORAS / *O promotor de Justiça Marcelo Henrique dos Santos e a gerente de Vigilância Sanitária, Sônia Maria Faustino, elogiaram o Programa de Qualificação e Desenvolvimento do Setor de Panificação, realizado pelo Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), em parceria com o Sebrae, IEL e Senai Goiás. Em agosto, houve a entrega de certificados aos concluintes da primeira etapa do programa* (foto), *que tem duração de dois anos, incluindo as empresas Artesanato do Pão; Panificadora Pik Tita; Panificadora Hiperpan; D'Sabor Indústria e Com. de Biscoitos; Panificadora Eldorado; Avenida dos Pães; Panificadora Bom Jupi; Panificadora Pão do Galo; Panificadora Malibu e Panificadora Pão Café.*

SICMA

CONSTRUÇÃO SOCIAL / *A segunda edição do Dia Nacional da Construção Social foi realizada em agosto pelo Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma), juntamente com a Fieg e o Sesi Goiás. O evento* (foto) *acontece anualmente, numa promoção da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC). Em recente reunião do Sicma, conduzida pelo presidente Anastácios Apostos Dagios, a gerente do Sesi Jaiara, Nara Núbia Alves da Costa, apresentou balanço do evento, que teve 4.814 participantes e realizou um total de 14.587 atendimentos nos 78 postos de serviços.*

SINDICATOS COM SEDE EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO
Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás
Presidente: *Olavo Martins Barros*
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
siac@sistemafieg.org.br

SINDIREPA
Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás
Presidente: *Sílvio Inácio da Silva*
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA
Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás
Presidente: *Gilberto Martins da Costa*
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL
Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás
Presidente: *Célio Eustáquio de Moura*
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
Sindcel.go@gmail.com

SINDIALF
Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: *Daniel Viana*
Fone: (62) 3223-2050

SIAEG
Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente: *Sandro Antônio Scodro Mabel*
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@terra.com.br

SINDICALCE
Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás
Presidente: *Elvis Roberson Pinto*
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SININCEG
Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás
Presidente: *José Antônio Vitti*
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE
Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins
Presidente: *José Magno Pato*
Fone/Fax (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindcarn@terra.com.br

SINDICURTUME
Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás
Presidente: *João Essado*
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindicurtume@sistemafieg.org.

SINDIGESSO
Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás
Presidente: *José Luiz Martin Abuli*
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE
Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás
Presidente:
Joaquim Guilherme Barbosa de Souza
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinleite@terra.com.br

SIMPLAGO
Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás
Presidente: *Olympio José Abrão*
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPÃO
Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás
Presidente: *Luiz Gonzaga de Almeida*
Fone: (62) 8422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN
Sindicato das Indústrias de RochasOrnamentais do Estado de Goiás
Presidente: *Eliton Rodrigues Fernandes*
Telefone: (62) 3225-9889
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFÉ
Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás
Presidente: *Carlos Roberto Viana*
Fone (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST
Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás
Presidente: *José Divino Arruda*
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA
Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF
Presidente: *Flávio Santana Rassi*
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG
Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal
Presidente: *Domingos Sávio*
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO
Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás
Presidente: *Antônio de Sousa Almeida*
Fone (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás
Presidente: *Hélio Naves*
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO
Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás
Presidente: *Jaime Canedo*
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS
Sindicato das Indústriasde Móveis e Artefatos de Madeira no Estado de Goiás
Presidente: *Pedro Silvério Pereira*
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO
Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste
Presidente: *Sérgio Scodro*
Presidente-Executivo:
André Lavor P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

OUTROS ENDEREÇOS

SIFAÇÚCAR
Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás
Presidente: *Otávio Lage de Siqueira Filho*
Presidente-Executivo:
André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia - GO
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIMESGO
Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano
Presidente: *Heitor de Oliveira Nato Neto*
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO
Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás
Presidente:
Carlos Alberto de Paula Moura Júnior
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia- GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS
Sindicato das Indústrias de Confecções de Roupas em Geral de Goiânia
Presidente: *Edilson Borges de Sousa*
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SIFAEG
Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás
Presidente: *Otávio Lage de Siqueira Filho*
Presidente-Executivo:
André Luiz Baptista Lins Rocha
Rua C-236, nº 44 - Jardim América
CEP 74290-130 - Goiânia- GO
Fone (62) 3274-3133 e (62) 3251-1045
sifaeg@terra.com.br

SIAGO
Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás
Presidente: *José Nivaldo de Oliveira*
Rua T-45, nº 60 - Setor Bueno
CEP 74210-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax (62) 3251-3691
siagoarroz@hotmail.com

SINDICATOS/ANÁPOLIS

Av. Engº Roberto Mange, nº 239-A, Jundiaí, Anápolis/GO - CEP 75113-630
Fone/Fax: (62) 3324-5768 e 3324-5997
fieg.regional@sistemafieg.org.br

SINDALIMENTOS
Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis
Presidente: *Wilson de Oliveira*
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SICMA
Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis
Presidente: *Anastácios Apostos Dagios*
sicma@sistemafieg.org.br

SINDICER-GO
Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás
Presidente: *Laerte Simão*
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA
Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis
Presidente: *Jair Rizzi*
siva@sistemafieg.org.br

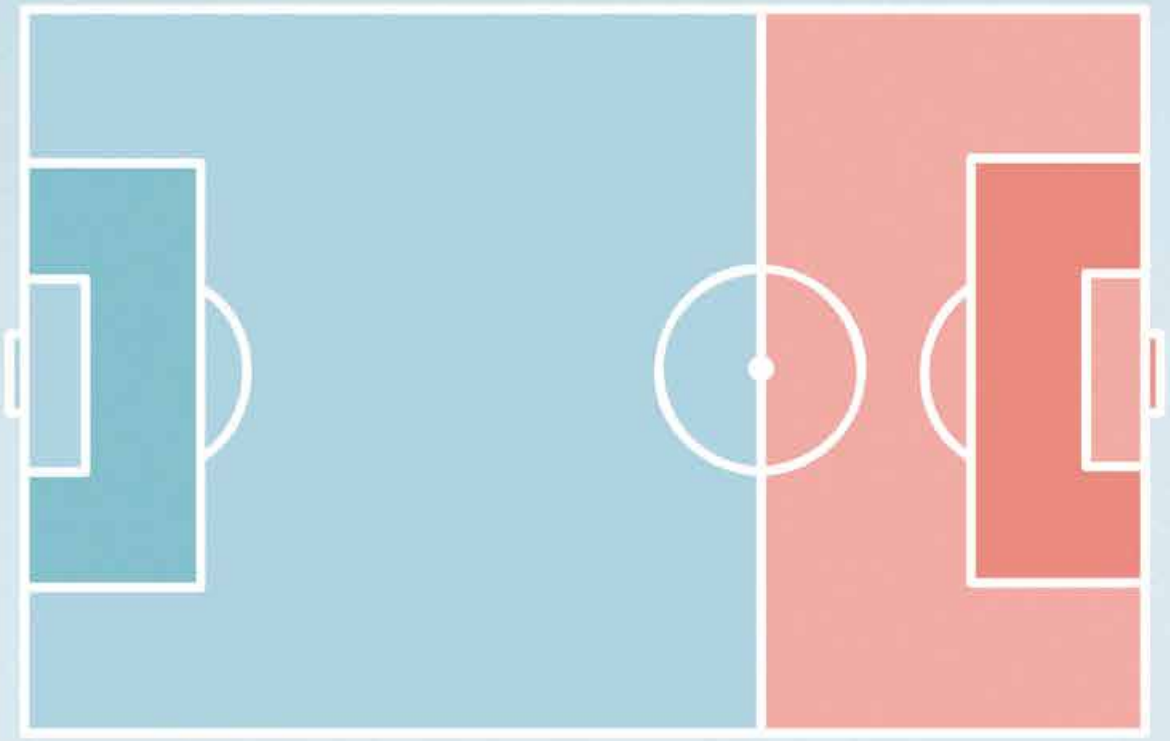
SINDIFARGO
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás
Presidente: *Heribaldo Egídio*
Presidente-Executivo:
Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA
Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis
Presidente: *Robson Peixoto Braga*
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

Para nós, só existe um

LADO:



o do

CRESCIMENTO,

do trabalhador e da indústria.

No esporte, a união faz a força.
Na economia também. A Fieg atua estrategicamente para modernizar as relações no trabalho por meio de consultoria às empresas, workshops, seminários e encontros que melhoram a capacidade de negociação trabalhista e defendem o interesse do setor industrial. Com trabalhador e empresário no mesmo time, não há empate nesse jogo e todos saem ganhando.

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL

FIEG

www.**sistemafieg**.org.br

A melhor marca de Ginástica Laboral do país.

Ganhamos.
E dessa vez, com uma enorme vantagem. Pela **décima** vez consecutiva, o **Sesi** é premiado como a melhor marca de **Ginástica Laboral** do país. Uma prova de que a sua confiança em nosso trabalho vale ouro.

FIEG SESI SENAI IEL ICQ BRASIL

FIEG SESI

www.**sesigo**.org.br

Goiânia - 4002 6213 | Demais localidades - 0800 642 1313